



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 04 e 05 de Dezembro de 2024.

Brasília, 04 de dezembro de 2024.

1º Dia de Reunião

Aos quatro de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h20, no Hotel Ibis Style Aeroporto de Brasília, Sala de Eventos, ocorreu o primeiro dia da **3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A abertura foi realizada com apresentação/ritual do povo Kayapó.

A reunião tratou da leitura e aprovação da pauta da Plenária; da leitura e aprovação do Resumo Executivo da 2ª Reunião; dos informes e resultados das discussões das Câmaras Temáticas (CTs) na reunião do dia anterior; da apresentação das ações e entregas do Governo Federal; e da contextualização e discussão sobre Demarcação, Pauta Climática e COPs.

A reunião contou com a participação de organizações indígenas, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de credenciamento anexa a esta ata.

Abertura da Reunião pela mesa constituída por Ministra Sonia Guajajara (MPI) - Presidente do CNPI, Inathan (MPI) - Secretário Executivo do CNPI, Dinamam Tuxá – Vice-Presidente do CNPI (APIB), e Jecinaldo Cabral (MPI/ASPAD).

SONIA GUAJAJARA/MPI prossegue com a apresentação da pauta do primeiro dia de reunião:

- Apresentação dos Coordenadores das Câmaras Temáticas (CTs);
- Apresentação das ações do Governo Federal pela FUNAI e pela SESAI;
- Apresentação das ações do Governo Federal pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, pelo Ministério do Turismo, pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério das Mulheres.

Na sequência, apresentou a pauta do segundo dia de reunião

- Ritual de abertura;
- Informes gerais;
- Contextualização política sobre a pauta da Demarcação, Decreto 1.775/96, Desintrusão, Fiscalização e Comissão Especial do Supremo Tribunal Federal;
- Discussão sobre Demarcação e Desintrusão de Terras Indígenas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Análise da Política sobre Demarcações e o Decreto 1.775/96 pela APIB;
- Debates e encaminhamentos sobre os temas apresentados;
- Discussão sobre a Pauta Climática e as COPs pelo MPI.

Pauta aprovado pelo Plenário.

SONIA GUAJAJARA/MPI convocou Inathan (MPI) para fazer a leitura do Resumo Executivo da 2ª Reunião Ordinária do CNPI.

LEITURA DO RESUMO EXECUTIVO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPI

INATHAN/MPI fez a leitura do Resumo Executivo da 2ª Reunião Ordinária do MPI, destacando os encaminhamentos e informes. Indicou as portarias publicadas como resultado da reunião, e apresentou a coordenação e subtemas das Câmaras Temáticas, bem como os encaminhamentos específicos de cada ponto de pauta.

Ata aprovada pelo Plenário.

- **Ajustes solicitados na ata e no resumo executivo**

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO informou que não existe comitê regional da PNGATI. Solicitou que fosse realizada uma revisão da ata para verificar como esta informação foi incluída para posterior correção.

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB solicitou que seu nome fosse corrigido na ata da 2ª Reunião para Carla **Jarraira**.

WEIBE TAPEBA/SESAI solicitou que a ata fosse disponibilizada com antecedência no grupo do CNPI para possibilitar correções e sugestões.

SONIA GUAJAJARA/MPI acatou a solicitação.

INATHAN/MPI informou que as atas e o resumo executivo foram encaminhados no e-mail, mas ressaltou que serão encaminhados novamente.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DAS CÂMARAS TEMÁTICAS (CTs)

CT I - Direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

TAYSE POTIGUARA/APOINME informou que foram feitas observações sobre os encaminhamentos da última reunião do CNPI e da CT I. Informou que seria necessário mais tempo para elaborar plano de trabalho. Reforçou o pedido para que fosse acrescentado o termo “demarcação” no título da CT, conforme solicitado na última reunião.

Apresentou os seguintes objetivos propostos:

- Receber, propor, encaminhar e monitorar denúncias, ameaças e violações aos direitos territoriais dos povos indígenas aos órgãos competentes. As denúncias recebidas deverão ser encaminhadas à Secretaria do CNPI para posterior encaminhamento;
- Propor aos órgãos competentes medidas a serem adotadas para o reconhecimento, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas;
- Propor e contribuir com a construção e formulação de políticas públicas voltadas à desintrusão e de segurança pública de terras indígenas;

- Propor, monitorar e aperfeiçoar a construção e implementação dos instrumentos de gestão territorial indígena e da PNGATI;
- Monitorar e avaliar o planejamento físico e orçamentário das ações do Poder Executivo voltadas à demarcação, regularização fundiária, proteção, fiscalização e gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Informou que não foi possível finalizar a composição da CT, pois houve mudanças na composição e novos membros ingressaram.

Apontou como temas prioritários a serem tratados pela CT I:

- Demarcação, regularização fundiária e desintrusão de terras indígenas;
- Construção de estratégias para assegurar a declaração de inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 e avançar nos processos demarcatórios de terras indígenas, contribuindo para a Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas em interface com a PNGATI;
- Proteção, fiscalização e segurança pública em terras indígenas;
- Avançar na regulamentação do poder de polícia da FUNAI;
- Aprofundar o enfrentamento ao avanço do crime organizado em terras indígenas;
- Aprofundar a discussão interinstitucional para aperfeiçoamento das estratégias de proteção de terras indígenas em áreas fronteiriças;
- Construção de uma Política Nacional de Segurança Pública em terras indígenas;
- Gestão ambiental e territorial de terras indígenas;
- REDD+ e ausência de consulta;
- Aprimoramento dos IGATIs;
- Mudanças climáticas;
- Mineração em terras indígenas;
- Licenciamento ambiental e arrendamento.

Especificou como atividades e produtos da CT I:

- Apresentar e dar conhecimento sobre a agenda transversal dos povos indígenas (PPA 2024 – 2027), das ações do Poder Executivo voltadas para a proteção e efetivação dos direitos territoriais, em especial MPI, FUNAI, MJSP, IBAMA, ICMBIO, INCRA, dentre outros;
- Compartilhar e aprofundar os conhecimentos sobre a legislação de demarcação de terras indígenas, em especial o Decreto 1.775/96 e sua interface com a Lei nº 14.701/2023;
- O ICMBIO prevê o cronograma de alteração das nomenclaturas das unidades de conservação com sobreposição às terras indígenas, substituindo os nomes atuais pelas nomenclaturas indígenas;
- Compartilhamento de estratégias e informações sobre a participação indígena nos órgãos de discussão das COPs;
- Reforçar a proposta de vinculação da demarcação de terras indígenas como estratégia de mitigação à adaptação climática;
- Reforçar as incidências do Poder Executivo para assinatura de atos executivos demarcatórios, publicação de RCID, assinatura de portarias declaratórias e decretos homologatórios, que não tem entraves judiciais, em especial aqueles que constam no plano de 100 dias de Governo.
- No Poder Judiciário, via CNJ, mitigar os entraves judiciais que paralisam ou anulam demarcações de terras indígenas;
- Articular a *CT I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental* do CNPI com a Câmara Técnica V da CG-PNGATI para assegurar a interface de informações e otimização das estratégias entre as instâncias de gestão compartilhada do CNPI e do CG-PNGATI;

- Oficiar os órgãos do Governo Federal competentes sobre o andamento da regulamentação do poder de polícia da FUNAI, bem como solicitar reunião com a FUNAI para apresentação da proposta aos membros desta CT I de direitos territoriais;

Apresentou como propostas de resolução:

- Proposta de Resolução do CNPI ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, recomendando a revisão do Decreto 10.193/2019, em função de dificultar as ações da política indigenista da FUNAI, em especial de proteção das terras e dos povos indígenas;
- Proposta de Resolução do CNPI ao Congresso Nacional, recomendando a não tramitação do PL 2.159/2021, antigo PL 3.739/2004, PL da Lei Geral do Licenciamento.

Em relação à programação das atividades, informou que não foi possível detalhar, mas destacou que foi programada a realização de reuniões mensais e virtuais da CT ao longo de 2025, toda última quinta-feira do mês, às 09h30.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI colocou a possibilidade de indicação de suplente de Governo para a CT I, para participação nas reuniões mensais.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB informou que seu suplente é Agnaldo Pataxó, e da parte do Governo está como Coordenadora Lúcia Alberta (FUNAI), suplente Maurício Sanches (FUNAI), destacando a equidade de gênero na CT II.

Apresentou como encaminhamentos da CT II:

- Sobre a Regulamentação da Convenção nº 169: a CGRPR coordena e realiza diálogos com órgãos de governo para levantamento do acúmulo existente. Em uma etapa posterior, está prevista a elaboração de plano de trabalho que contemple a participação da sociedade civil;
- Elaboração de projeto piloto com a Casa Civil, MT, MME, FUNAI e MPI para realização da consulta na etapa anterior ao licenciamento (novo PAC);
- Sobre a revisão do PL do CNPI: foi encaminhado documento da CT II à Secretaria do CNPI solicitando substitutivo do PL, o qual será avaliado na próxima reunião da CT;
- Solicitação aos Conselheiros presentes nas demais CTs que informem sobre a instância de participação a nível estadual e municipal em suas regiões, e se existe participação efetiva de indígenas. Será disponibilizado formulário às organizações indígenas e aos conselheiros para relato das informações. Data acordada para preenchimento do formulário: 15 de janeiro de 2025.

Em relação à declaração da FUNAI de não emitir declarações indígenas, apresentou como sugestão da CT para aprovação a **proposta de realizar um seminário nacional de autodeterminação e reconhecimento étnico** no 1º semestre de 2025, considerando o documento orientador expedido pela FUNAI.

Sobre o Plano de Trabalho da CT II, informou a data de realização das reuniões precedente e indicou que a próxima reunião está marcada para o dia 24 de janeiro de 2025.

Dentre as atividades, destacou:

- Consulta à Casa Civil sobre a lista de empreendimentos em terras indígenas;
- Levantamento de dados sobre empreendimentos em terras indígenas junto às organizações indígenas;
- Mapeamento das instâncias de participação a nível federal, estadual e municipal, com apoio das organizações indígenas;
- Levantamento de protocolos de consulta e de repositórios já existentes;
- Resgate histórico do CNPI.

Indicou como encaminhamento a apresentação de convite ao MRE para integrar da *CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social*. O convite foi encaminhado por e-mail, mas até o momento não houve devolutiva.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI destacou o funcionamento regular da CT II. Solicitou que o Pleno deliberasse a realização do seminário ainda no primeiro semestre de 2025, como forma de construir consensos sobre as pautas. Ressaltou o pedido de que um membro do MPI pudesse integrar a CT II, não apenas no apoio.

Indicou que foi feita alteração na representação de Governo na CT II, de modo que o suplente na realidade é o Juarez Ferreira da Secretaria Geral da Presidência da República

NATANAEL/MRE informou que a natureza de participação do MRE é transversal, assim como a participação do MPI. Desta forma, se considera integrante de todas as câmaras de forma *ad hoc*. Entende ser necessária a resposta formal ao pedido, mas reitera interesse em participar de forma *ad hoc* nas câmaras em caso de assuntos pertinentes ao MRE.

SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu como opção que fosse convocada nova reunião da bancada governamental para discutir organização das câmaras temáticas para além dos Conselheiros. Destacou que as câmaras não precisam acontecer apenas em dias anteriores ao Conselho, mas podem ser realizadas reuniões online com mais tempo para discussão.

CT III – Saúde indígena e assistência social

ELAINE TUPINIKIM apresentou como encaminhamentos da CT III:

- Solicitar ao Plenário do CNPI que se manifeste sobre a necessidade de garantir a continuidade do atendimento da saúde indígena por todos os DSEIs, sem desassistência a nenhum deles;
- Recomendar a instituição de um GT específico para discutir saúde mental, a atenção psicossocial e o bem-viver indígena, inclusive para pessoas com transtorno do espectro autista;
- Recomendação ao Ministério da Saúde que altere a portaria que restringe a compra de medicamentos pela saúde indígena apenas para a atenção primária;

- Atendimento com agilidade da demanda de fornecimento de água potável de forma constante e permanente para os povos indígenas (uso de tecnologias diversas a depender do território);
- Recomendação de que seja criado sistema de regulação específico para os povos e pessoas indígenas terem acesso a serviços de alta e média complexidade da saúde;
- Indicação de representantes do CNPI nas discussões sobre a AgSUS e nas reuniões do FPCondisi. Foram eleitos um representante e um suplente para cada uma das pautas:
 - FPCondisi: Ubirajara Nazareno Sompri (Titular); Cássia Ribeiro/Ruth (Suplente);
 - AgSUS: Lindomar Santos Rodrigues/Lindomar Xoko (Titular); Cacique Sandro Gomes Barbosa/Sandro Potiguara (Suplente).
- Assistência social: solicitação ao MDS que se façam 5 encontros, um por região, para discutir o SUAS para os povos indígenas;
- Realização de capacitação/formação sobre a responsabilidade da FUNAI e do MDS para qualificação da participação de pessoas indígenas em conselhos de assistência social municipais, estaduais e do Distrito Federal, bem como para construção dos planos de assistência social de seu ente federativo de forma a contemplar os povos indígenas;
- **Proposta de ampliação do escopo da CT III para incluir discussão sobre previdência social, de modo a contemplar o tripé da seguridade social (saúde, assistência e previdência social).**

RUTH RIBEIRO/KAINGANG/RIO GRANDE DO SUL informou que ainda não foi elaborada a proposta de plano de trabalho, pois a CT III aguardava a apresentação do Secretário para construir plano nas reuniões online. Recomendou a criação de GT para discutir a questão de saúde mental nos territórios, ressaltando o aumento do adoecimento psíquico e a necessidade de se pensar estratégias de prevenção. Relatou que existe núcleo de psicólogas indígenas no Rio Grande do Sul e que é feito o mapeamento dos psicológicos indígenas formados na região. Destacou a possibilidade de se pensar um contrato emergencial para esses profissionais formados atuarem nos territórios.

Sobre as indicações para o FPCondisi e para a AgSUS, ressaltou a importância de alinhamento das informações.

WEIBE TAPEBA/SESAI orientou que recomendação de alteração da portaria de regulação dos casos de média e alta complexidade deve ser endereçada ao Ministério da Saúde, para o Gabinete da Ministra e Secretaria Executiva, para o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde dos Estados e para a presidência do Conasems. Em relação ao GT da AgSUS, informou que o documento também deve ser encaminhado à Secretaria Executiva que preside o GT, competente para realizar a alteração da portaria de composição do GT. Já em relação à participação do CNPI no FPCondisi, especificou que o pedido deve ser endereçado à presidência do FPCondisi. Destacou ser necessário avaliar a possibilidade de custeio da participação no Fórum, considerando sua estrutura.

SONIA GUAJAJRA/MPI afirmou a possibilidade de discussão posterior sobre a participação na FPCondisi e para a organização do seminário proposto, considerando os demais eventos previstos para o ano seguinte.

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

PATRÍCIA PANKARARÉ/APOINME apresentou como propostas da CT III:

- Criação da secretaria de educação escolar indígena: gestão do MPI junto ao movimento indígena para garantir a criação desta estrutura dentro do MEC em 2025;
- Criação do sistema de educação nacional indígena: elaboração da proposta em parceria com o MEC, MPI, FNEEI, SENEI e FUNAI;
- Criação do Fundo Nacional para Educação Escolar Indígena (FUNDEPI): elaboração da proposta em parceria com o MEC, MPI, FNEEI, SENEI e FUNAI;
- Criação da carreira do professor indígena, contribuindo para a valorização dos profissionais da educação indígena, com concurso público específico e plano de cargos e salários (MEC, MPI, FNEEI, SENEI, FUNAI);
- Criação da Universidade Indígena: necessidade de etapa a nível nacional para encaminhamentos. Necessidade de aprovação urgente do PL da Universidade Indígena para contemplar todas as regiões.
- Formação sobre o programa para gestão de professores indígenas: gestão mais autônoma, dependente da escuta das comunidades para elaboração do documento em diálogo com os gestores;
- Elaboração de PL para criação da política nacional de valorização e fortalecimento das línguas indígenas brasileiras (MEC, MPI, FNEEI, SENEI);
- Criação de política de educação especial indígena (2025/2026), devido à grande demanda e falta de profissionais qualificados para atuar em sala de aula;
- Elaboração de instrumentos normativos para melhoria no acesso, permanência e êxito de indígenas nas universidades federais, estaduais e institutos. Destacou necessidade de auxílio técnico para elaboração dos instrumentos normativos;
- Educação bilíngue para indígenas surdos e mudos (MEC, FNEEI, SENEI);
- GT nacional de línguas indígenas
- Criação do observatório de práticas pedagógicas e gestão escolar para consolidação de experiências dentro dos territórios indígenas (SECADI), articulação com organizações dentro dos territórios etnoeducacionais;
- Criação da coordenação e secretaria para educação indígena nos Estados e Municípios, com garantia de seminários locais para a criação (MEC, SECADI, MPI);
- Garantir a participação de representante indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE) para a construção das políticas indigenistas educacionais.
- Garantir a participação de membros do FNEEI na CT IV;
- Elaboração e publicação de materiais didáticos indígenas para as redes municipais e estaduais, inclusive bilíngues;
 - Apresentação de plano para a elaboração dos materiais (MEC, MPI, CAPEMA).
- Recomendação para as universidades criarem conselhos de sábios indígenas, ainda que não tenha estudantes indígenas na universidade. Proposta aprovado pelo Pleno do Conselho Nacional de Cultura.
- Articulação entre FUNAI e SESAI para atendimento nas escolas e acompanhamento de crianças e adolescentes com deficiência;
- Elaboração de orientação para o reconhecimento, construção e contratação de notórios saberes indígenas em universidades;

- Monitorar os Municípios e Estados com relação à educação escolar indígena e suas especificidades, para o cumprimento da Lei nº 11.645/2008 (MEC, MPI, FNEEI);
- Fortalecer os PETs indígenas e NEABIs nas universidades, verificando se estão em funcionamento e organizados;
- Ampliar o quadro técnico das instituições para realização de concursos públicos e contratação de consultoria;
- Qualificar o quadro técnico das instituições por meio de cursos e formações continuadas.

GILMAR VERON/ATY-GUASU apontou a falta de alguns esclarecimentos por parte do MEC. Destacou que encaminhou ofício do FNEEI com 3 nomes para o Secretário Executivo Eloy para participação nesta reunião.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME propôs convidar Célia enquanto representante para o CNE. Propôs que esta inclusão seja apresentada por projeto de lei, para que se garanta a presença de conselheiro indígena no CNE. Quanto ao monitoramento dos NEABIs, sugeriu que fosse discutida a organização da estrutura entre NEABs e NEABIs. Sugeriu a busca de mais recursos para os programas de saberes indígenas.

SONIA GUAJAJARA/MPI destacou que pode ser garantida a representação do FNEEI na CT IV, mas no CNPI não é possível porque seria alteração da estrutura do conselho, o que depende de decreto.

MARCOS SABARÚ/APOINME demonstrou preocupação com a orientação da FUNAI de impedir a emissão de declaração, que tem dificultado o acesso a políticas públicas como a do INSS. Explicou que não estão sendo aceitas declarações das lideranças.

SONIA GUAJAJARA/MPI informou que haveria espaço para debate após a apresentação das CTs e da FUNAI e SESAI.

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

MAYLA KARAJÁ/REGIÃO AMAZÔNICA informou que não foi possível finalizar o plano de trabalho pela ausência de alguns representantes da CT V.

Apresentou o contexto e objetivos da CT V:

- Fomentar políticas públicas para a prevenção, o enfrentamento e o cuidado às vítimas de violência de gênero contra mulheres e meninas indígenas, e LGBTQIAPN+;

Informou que a CT V é composta por:

- Jozileia Kaingang (ANMIGA) – Coordenação Indígena;
- Mayla Karajá (COIAB) – Co-coordenação Indígena;
- Lídia Lacerda (FUNAI) – Coordenação Governamental;

- Thaynara Sipredi (SESAI) – Co-coordenação Governamental;
- Romeu de Lima Neto (FUNAI) – Secretaria;
- Jocielle Luiz (ARPINSul) – Secretaria;
- [nome não identificado] Krikatí (COIAB);
- Marilda de Oliveira (CGY/CNPI)
- Caroline Romeiro (CNPI);
- Rosenilda de Freitas (ANMIGA);
- Jaqueline Calafate (SESAI);
- Luma Kamayurá (MPI);
- Pagu (Ministério das Mulheres);
- Cleber de Almeida (Arpinsul/Suplente);
- Claudia Lopes (CGY);
- Élio Fernandes (CGY);
- Larissa Pankararu (MPI);
- Sandro Luckmann (FLD-COMIN).

Destacou que foram estabelecidos os seguintes temas prioritários pela CT V: enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e LTBTQIAPN+; ações integradas de saúde e educação pelo bem-viver; segurança pública; ação local e políticas públicas.

Indicou que foram definidos como atividades e produtos:

- Materiais de combate à violência;
- Envolvimento da CT V na definição de orçamento público;
- Garantia de equidade de gênero em espaços de decisão;
- Criação de plano de enfrentamento à violência contra a mulher indígena;
- Rede de qualificação que promova a segurança de mulheres indígenas, crianças e LGBTQIAPN+.

Quanto ao cronograma, informou que foram definidas como atividade:

- De 06 a 10 de março de 2025, em Brasília, realização da Conferência Nacional de Mulheres Indígenas – etapa Copaíba;
 - Documento base: mobilização nacional das mulheres indígenas 2024/2025;
 - Responsáveis: MPI e ANMIGA.
- De fevereiro a junho de 2025, realização do Projeto Tecendo Direitos: construindo estratégia nacional para indígenas LGBTQIAPN+;
 - Responsáveis: MPI e Coletivo Tybyra.

Ressaltou que será definido calendário de encontros nas próximas reuniões.

SONIA GUAJAJARA/MPI mencionou que as discussões das etapas regionais estão sendo desenvolvidas em preparação para a conferência nacional a ser realizada em março.

Em relação à Universidade Indígena, complementou que foram recebidos os relatórios dos 20 seminários sobre o tema. Entendeu que não houve encaminhamento prático e considerou ser importante ter etapa nacional com os representantes de cada uma das etapas regionais para

consolidação dos resultados concretos. **Propôs a realização de seminário nacional até abril de 2025 para consolidar proposta.**

CT VI – Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos

TAINARA KIRIXI MUNDURUKU apresentou como encaminhamentos da reunião da CT VI o mapeamento das políticas públicas para os povos indígenas dentro dos Ministérios. Os representantes da CT VI deverão apresentar os achados do mapeamento até 07 de fevereiro de 2025. Informou que serão realizadas 3 reuniões dos eixos da CT. Após esse mapeamento, indicou que os resultados serão apreciados com o objetivo de analisar as políticas públicas e verificar se, de fato, abarcam povos indígenas. Registrou a ausência de representantes do governo na reunião da CT VI, o que atrapalha desenvolvimento do trabalho.

Informou que antes da reunião presencial, houve reunião online e que as reuniões futuras também serão online.

SONIA GUAJAJARA/MPI agradeceu as apresentações e informou que as proposições encaminhadas serão dialogadas posterior e paralelamente pelo Pleno.

AGNALDO PATAXÓ suscitou questão de ordem para apresentação dos informes.

SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu a alteração da pauta para incluir espaço para os informes regionais após as apresentações da FUNAI e da SESAI.

Proposta aceita pelo Plenário.

APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES E ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS POVOS INDÍGENAS

SESAI

WEIBE TAPEBA/SESAI ressaltou que na reunião anterior do CNPI foi apresentado balanço da saúde indígena e que na reunião da bancada indígena foi possível apresentar detalhamento maior das ações. Se comprometeu a compartilhar a apresentação no grupo do CNPI para que todos tenham acesso ao material.

Explicou que iria focar na apresentação do tema da transição da força de trabalho, visto que o momento é de conclusão do ciclo do modelo convencional de contratação de trabalhadores indígenas. Trata-se de convênio celebrado para uma vigência de 4 anos e 6 meses, até 30.06.2024, que foi prorrogado até 31.12.2024. Paralelamente, foram tomadas duas decisões: i) a prorrogação dos convênios; ii) a realização de novo chamamento; iii) a discussão envolvendo a AgSUS, serviço social autônomo com autorização para atuar na saúde indígena.

Destacou que a AgSUS foi uma estratégia do Governo Federal em resposta à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho que impõe a obrigação do governo brasileiro de substituir o modelo convenial pelo concurso público. Relatou que foi realizado debate com as instituições do sistema de justiça, porque foi verificada a impossibilidade de cumprir as decisões em sua integralidade. SESAI apresentou proposta de cumprimento parcial da decisão para substituir as conveniadas, com complemento do serviço oferecido pela AgSUS.

Especificou dois objetivos fundamentais que reforçam a necessidade de migração da força de trabalho: i) garantir a continuidade da assistência nos territórios; e ii) garantir dignidade e segurança jurídica para os trabalhadores e para as comunidades.

Apresentou com maior detalhamento a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho – originalmente contra a Fundação Nacional de Saúde que atuou na saúde indígena até 2009, e foi posteriormente substituída no polo passivo pela União. Demanda julgada procedente a fim de declarar nulos os contratos de trabalho dos trabalhadores subordinados contratados por instituições da sociedade civil para prestação de serviços à FUNASA. Foi determinada, ainda, a obrigação da administração federal de se abster de promover a contratação em tais moldes para prestação de serviços de saúde à população indígena. Pontuou, ainda, a condenação ao pagamento de multa de 1.000 reais por cada profissional de saúde contratado pelas entidades, que resulta em montante de mais de 80 bilhões de reais.

Informou que está em andamento diálogo junto ao Tribunal Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério Público Federal e à assessoria da União para apresentar nova proposta de acordo judicial, com plano de transição de mudanças de parte dos distritos já para o começo do ano que vem e no decorrer de 2025.

Destacou a criação de GT após a medida provisória assinada pelo Presidente Lula ser transformada em lei pelo Congresso Nacional para criação da agência, com autorização para atuar na saúde indígena. O GT é coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde para acompanhar a discussão e ingresso da AgSUS na saúde indígena. O GT tem representação diversificada do controle social, da FPCondisi, do Conselho Nacional de Saúde, das organizações indígenas e representação de lideranças.

A partir da constituição do GT, relatou que foi tomada a decisão de promover novo chamamento público para garantir segurança caso a AGSUS não pudesse assumir 100% da força de trabalho em janeiro de 2025, visto que os convênios terminam em 31.12.2024.

Explicou que algumas entidades atuantes na saúde indígena não foram selecionadas no certame e acabaram ingressando com ações judiciais:

- Fundação São Vicente de Paula ajuizou ação ordinária em 2023 no TRT para que o chamamento público fosse anulado. Naquela oportunidade, o chamamento foi suspenso liminarmente, o que depois foi revertido em sede de agravo de instrumento.
- A Missão Evangélica Kaiowá ingressou como terceira interessada na ação ajuizada pela Fundação São Vicente de Paula. Após a decisão de reversão da suspensão do chamamento público, ingressou como nova ação para requerer a anulação do certame. Foi proferida decisão

para suspender novamente o chamamento público e determinar que a União apreciasse o recurso administrativo da Missão Evangélica Kaiowá, o que foi realizado pela SESAI.

- Em 03.12.2024, foi proferida sentença determinando a revogação da suspensão do chamamento.
- Houve outra ação promovida pela Fundação São Vicente de Paula no Tribunal Regional do Trabalho em Roraima, com foco no aviso prévio, alegando que a União não teria como arcar com a rescisão até a data de 31.12.2024. SESAI apresentou nota informativa para a Advocacia-Geral da União apresentar no processo, o que não foi concretizado pois o documento (Ofício Circular nº 108) foi cancelado e substituído pelo Ofício nº 109, causando estranheza à Secretaria. Destacou que a SESAI está atuando para que seja garantido o aviso prévio dos trabalhadores.

Apresentou a proposta de migração para cumprimento parcial da decisão da Justiça do Trabalho. A proposta foi apresentada por meio de Nota Técnica à Advocacia-Geral da União para garantir a realização em parte de concurso público e em parte pela contratação via AgSUS. A Nota Técnica integra o plano de transição para um conjunto de 10 distritos que irão migrar para atuação dos trabalhadores em 01.01.2025 já com vínculo empregatício junto à AgSUS. Explicou que a agência possui Conselho Deliberativo que mantém contrato de gestão com o Ministério da Saúde, que recebeu termo aditivo para abarcar a responsabilidade da agência em promover a contratação de profissionais para os 10 distritos. Informou que estão sendo elaborados os documentos necessários para promover a transição da conveniada para a agência. Sumarizou que a proposta é de migração do conjunto de 24 distritos e das duas CASAs até o final de 2025.

Destacou a expectativa de acordo no TRT para finalizar a Ação Civil Pública e superar a dívida de multa da União, garantindo segurança jurídica aos trabalhadores e assistência aos territórios.

FUNAI

JOENIA WAPICHANA/FUNAI iniciou a apresentação informando que no dia seguinte, 05 de dezembro de 2024, a FUNAI irá completar 57 anos de constituição, destacando a importância da Fundação para os povos indígenas e a pauta da demarcação. Pontuou que a FUNAI atua em cerca de 14% do território brasileiro, zelando pelo reconhecimento territorial e pela orientação da política indigenista, em respeito ao protagonismo e autonomia dos povos indígenas. Assinalou que a FUNAI está em período de reconstrução, enquanto órgão indigenista federal, a partir da perspectiva indígena, com a contribuição da Presidência e de coordenadores indígenas convidados para representar a instituição nos territórios. Agradeceu o comprometimento dos líderes indígenas em consenso para indicação dos representantes comporem a gestão indígena da FUNAI.

Apresentou as principais ações da FUNAI em 2023 e 2024:

- Eleição de prioridades e ações para a reconstrução;
- Registro de terras indígenas;
- 39 coordenações regionais da FUNAI;
- 240 coordenações técnicas locais;
- Recomposição de 57 grupos de trabalho e criação de mais de 17 novos grupos de trabalho;

- Na maioria dos GTs, destacou que as prioridades adotadas consideraram a existência de prazos em ações judiciais;
- Assinatura de 11 portarias pelo MJSP;
- Acompanhamento de 28 processos e outros em análise;
- Encaminhamento de 14 processos para a Presidência da República, dentre os quais 10 foram homologados;
- Registro de 536 reivindicações territoriais;
- Funcionamento de 149 GTs em campo;
- Delimitação de 39 Terras Indígenas;
- 12 Terras Indígenas em fase de contraditório e análise;
- 101 procedimentos impactados por decisões judiciais.

Ressaltou a importância de atenção ao quadro técnico da FUNAI. Mencionou que foram autorizadas 502 vagas pelo concurso público, mas que não será possível atender a necessidade de melhoria no quadro da Fundação. Indicou perspectiva de posse para novos servidores entre março e abril de 2025, ao mesmo tempo em que subsistem cerca de 500 solicitações de aposentadoria no órgão.

Reforçou pedido de atenção especial à FUNAI pelos demais órgãos de governo, devido ao sucateamento do quadro. Indicou que estão sendo trabalhadas alternativas pela FUNAI, com o desenvolvimento de cooperações com o governo e parcerias com organizações e embaixadas para recebimento de recursos.

Pontuou que foi feito processo de licitação em 2024 para produção de placas de identificação das terras demarcadas e no início de 2025 será iniciado processo de vivificação e recolocação das placas.

Mencionou que, em diversos momentos, os trabalhos são redirecionados para atender emergências ou fornecer subsídios técnicos para a atuação de outros entes.

Destacou as seguintes entregas realizadas:

- Retorno do pagamento do auxílio indígena;
- Retorno do pagamento de policiais militares (parceria);
- Execução de apoio administrativo e logístico;
- Planejamento dos processos de desintrusão como um todo, incluindo a pós-desintrusão.
 - Informou que já estão previstos 7 operações de desintrusão;
 - Explicou que a prioridade das ações surge em resposta às ADPFs da APIB e das organizações indígenas, conforme terras prioritárias listadas, por exemplo, a desintrusão da terra Yanomami.
 - Especificou que a FUNAI também acompanha outras operações que não chegam a ser desintrusão, mas compreendem a retirada de invasores das terras pela Polícia Federal e pelo IBAMA.

Destacou que a demanda relativa às declarações (RANI) está sendo ajustada, porque este modelo é da época em que a FUNAI ainda era tutora, mas é requisitado por universidades e outras instituições para garantir o acesso a políticas públicas. Ponderou necessidade de ser repensado o modelo, o que foi colocado como encaminhamento da CT II para realização do seminário sobre autodeterminação.

Considera ruim que a FUNAI seja responsável por declarar ou reconhecer quem é de fato indígena, mas ressaltou ser necessária alguma forma de controle.

Em relação ao poder de polícia, indicou que está pendente de regularização desde a criação da FUNAI. Explicou que deve resultar em atuação complementar à competência de fiscalização em terras indígenas do ICMBIO, IBAMA etc. Proposição para fortalecer a fiscalização, com organização e modernização da FUNAI para substituição de mobiliários e materiais de tecnologia, por exemplo, como foi feita a apresentação de projeto ao Fundo Amazônia. Evidenciou que, para além do apoio orçamentário, é necessária a reestruturação da FUNAI para garantir a disponibilidade de servidores e de quadro técnico.

Apontou, ainda, a responsabilidade da União em apoiar o etnodesenvolvimento e a gestão territorial, para além da homologação das terras, de modo que sejam afastados os riscos de arrendamentos e outras ilegalidades. Destacou que existe transversalidade de atuação da Fundação, inclusive na mediação de conflitos e no encaminhamento de demandas para órgãos e entes competentes.

Mencionou o desenvolvimento de outras ações em que o papel da FUNAI é destacado para a defesa dos direitos dos povos indígenas, como no acompanhamento de pedidos de licenciamento, na garantia do acesso à saúde e aos serviços de registro civil nos cartórios, e no fortalecimento do concurso público para a carreira indigenista. Pontuou a existência de sistema de compartilhamento de informações e responsabilidades, que resulta em ações e parcerias. Informou que será realizado estudo para promover remoções e a distribuição do quadro técnico após a posse dos novos servidores.

Ressaltou a postura da FUNAI em acompanhar pautas e realizar proposições em espaços deliberativos e decisórios, como as COPs e o Judiciário, pelo enfrentamento à tese do marco temporal, por exemplo.

SONIA GUAJAJARA/MPI agradeceu as apresentações e propôs que fosse utilizado o tempo restante até 13h para inscrição e fala das lideranças. Foi acordado o tempo de 2 minutos para fala das lideranças.

Proposta aprovada pelo Plenário.

INFORMES E FALAS DAS LIDERANÇAS

AGNALDO PATAXÓ/APOINME parabenizou as apresentações e o trabalho desenvolvido. Destacou a necessidade de convocação do Ministério da Justiça para que sejam apresentados esclarecimentos sobre a questão do crime organizado nos territórios. Relatou violências contra as comunidades e lideranças na Bahia. Apresentou à Ministra Sonia Guajajara documento recebido da organização da Bahia, que narra relatório sobre todas as demandas e realidades dos povos da Bahia. Solicitou que este relatório fosse incorporado aos documentos do CNPI.

CASSIMIRO TAPEBA/APOINME parabenizou as apresentações e apresentou questões para o fortalecimento e aperfeiçoamento da FUNAI. Expressou preocupação com os quadros técnicos da FUNAI, ainda que existam 500 novas vagas de ingresso pelo concurso recente. Destacou, ainda, que

estas 500 novas vagas não são suficientes para as CRs, pontuando a necessidade de isonomia e garantia de atendimento a todos os povos indígenas. Apontou também o engessamento do funcionamento da FUNAI. Sugeriu necessidade de discussão de decreto sobre este contexto de engessamento da logística e do funcionamento público da instituição. Mencionou a possibilidade de convidar o Ministério da Ciência e Tecnologia para participar das discussões do decreto.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS perguntou ao Secretário da SESAI sobre a CASAI em Manaus. Informou que são cerca de 80 mil indígenas em seu território, e que muitos não querem se deslocar para a casa SESAI em Manaus devido a baixa qualidade do espaço. Apresentou uma segunda pergunta sobre a Coordenadoria Técnica Local (CTL) para a Ministra Sonia Guajajara. Relatou que é necessário retomar o funcionamento anterior da CTL, porque muitos indígenas estão se deslocando para a cidade para obter atendimento. Especificou, ainda, a necessidade de se considerar que o transporte é feito pelos rios.

TAYSE POTIGUARA/APOINME questionou a divulgação de informação sobre reestruturação das CRs no Rio Grande do Norte. Perguntou à Ministra se esta informação procede.

DORINHA PANKARÁ/APOINME perguntou qual o empecilho existente para a publicação da portaria de demarcação do território Pankará. Relatou que posseiros estão vendendo as terras, por saberem que não haverá indenização, e que estão sendo feitas grandes construções nos locais vendidos. Em relação à declaração emitida pela FUNAI, mencionou que o reconhecimento deve ser feito pelas lideranças, contudo, ressaltou que existem casos em Pernambuco de lideranças autointituladas que não são reconhecidas legitimamente pelo povo. Apontou, ainda, a construção de uma mineradora próxima ao território do povo Pankará e ressaltou que a comunidade não aceita qualquer empreendimento em seu território.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME destacou a necessidade da CT 1 considerar situação do território Tupinikim em Aracruz, do território Krenak e de todos os territórios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Chamou atenção para o modelo do acordo de repactuação que foi estabelecido, uma vez que os povos afetados não foram incluídos nas discussões. Manifestou que o povo indígena Tupinikim e Guarani não está satisfeito com o modelo implementado. Ressaltou a importância de escuta dos povos impactados. Reforçou as considerações sobre a necessidade de representante indígena no Conselho Nacional de Educação e sobre a importância de manifestação do Conselho sobre a proposta.

SELMO XUCURU KARIRI/APOINME evidenciou que, em relação à declaração emitida pela FUNAI e os documentos enviados sobre a temática, deve ser considerado que muitas lideranças ou anciãos não sabem ler e escrever em português, o que dificulta a assinatura de declaração ou documento, sendo este um ponto que deve ser discutido pela FUNAI. Expressou que somente a representatividade de governo não importa, mas sim qual trabalho que vem sendo desenvolvido em prol dos povos indígenas, destacando a necessidade de solução dos problemas, de reparação dos danos causados, e de garantia da dignidade das comunidades e acesso aos resultados das políticas pela base. Questionou o posicionamento da Ministra Sonia Guajajara e da Presidente Joenia Wapichana quanto à questão territorial do povo Xucuru-Kariri e ao processo de desintrusão do povo Kariri-Xokó, relatando que houve diminuição da área reconhecida de terra do povo Xucuru-Kariri. Questionou os representantes dos ministérios sobre ações desenvolvidas pelos povos indígenas.

SERGIO TERENA/MATO GROSSO DO SUL/CONSELHO TERENA perguntou se a AgSUS já está implementada para atuar em todos os Estados, de modo que seja possível prestar informações ao representante do CONDISI – MS e ao Conselho de Saúde Indígena do Mato Grosso do Sul. Além disso, questionou a Presidente Joenia Wapichana sobre a reestruturação da FUNAI, esperando que sejam inseridas também as CTLs extintas anteriormente. Perguntou se poderiam ser disponibilizado o texto sobre a reestruturação para compreender como está sendo desenvolvido o processo.

CAL POTIGUARA/APOINME expressou frustração com a ausência de respostas objetivas. Relatou que seu povo aguarda a homologação e regularização do território. Questionou como foi encaminhado o acordo com os fazendeiros na reunião estadual. Também expressou preocupação com a saúde indígena em seu território, onde nunca teve um escritório base construído, especialmente pela ausência de homologação da portaria. Destacou necessidade de maior esclarecimento sobre os aspectos de gestão da AgSUS, pois muito parentes estão com a expectativa de que haja efetivação e estabilidade como concurso público.

SONIA GUAJAJARA/MPI em resposta mencionou que foram realizadas reuniões com o Governador sobre a Terra Indígena de Monte-Mor, oportunidade na qual as equipes da FUNAI, INCRA E MPI ficaram responsáveis por atualizar o levantamento das informações. Não foi dado prosseguimento devido ao processo eleitoral, a pedido da comunidade, mas posteriormente a equipe retornar para concluir a atualização. Indicou que a homologação seria assinada pelo presidente Lula, juntamente com pacote de ação e entregas relacionadas aos demais ministérios, para além do ato de homologação. Solicitou que conselheiros devem trazer também informações mais gerais sobre seus Estados, enquanto representantes, visto que as discussões almejam a construção e aprimoramento da política indigenista como um todo. Convocou o Secretário Weibe Tapeba e a Presidente Joenia Wapichada para responder aos questionamentos.

WEIBE TAPEBA/SESAI em resposta informou que a CASAI em Manaus deverá ser transformada em casa regional pelo Ministério da Saúde, que consiste na reforma e ampliação do espaço e estrutura devido à alta demanda. Em resposta à Dorinha, afirmou que a SESAI se compromete a migrar toda a força de trabalho para a AgSUS em 10 distritos iniciais até 31.12.2024. Em resposta ao Sergio Terena, apresentou que está sendo implementada a migração, mas destacou que está acontecendo conflito jurídico com as entidades que não foram selecionadas no chamamento público, o que ocasionou atrasos na migração. Em resposta à Cal Potiguara, relatou que foram realizadas 34 discussões sobre a migração das agências, inclusive no Acampamento Terra Livre. Explicou que o ingresso na agência será feito por contrato indeterminado, o que não se equipara à efetividade do serviço público. Destacou a necessidade de garantir segurança jurídica, valorização e melhor alocação dos profissionais, para garantir o cumprimento da decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI em resposta ressaltou desafios enfrentados pela FUNAI, especialmente considerando as discussões no âmbito do STF e a lei que coloca em risco os processos de demarcação. Em relação à demanda do povo Kariri-Xokó, informou que já foram realizados todos os procedimentos, e que no momento é aguardado o cumprimento. Relatou que foi agendada reunião no CNJ para tratar da segurança em Terras Indígenas e expressou preocupação com servidores e terras em consequência das ameaças das organizações criminosas. Destacou que todas as denúncias devem ser formalizadas e registradas para o adequado prosseguimento e averiguação interna pela FUNAI.

Informou que a FUNAI está aguardando resultado do concurso, de modo que será possível realizar planejamento para o concurso de remoção, evitando desequilíbrio nas CRs. Em relação às CTLs, concordou com o posicionamento sobre inclusão dos espaços fechados, destacando a necessidade de planejamento e estrutura. Sobre o GT de reestruturação, informou que os detalhes sobre a reunião e os participantes estão disponíveis no site da FUNAI. Apontou que já foram recebidos os resultados e que os dados serão analisados conforme critérios de população, vulnerabilidade, distância. Sobre o modelo do acordo de repactuação de Mariana, informou que o modelo foi estabelecido por decisão judicial, mas reforçou o compromisso a manifestação firme da FUNAI com a garantia da participação e consulta.

Em relação à declaração étnica da FUNAI, destacou a existência de lei que permite a apresentação de declaração assinada pelo Cacique da comunidade. Considerou que pode ser realizado seminário na CT II para discutir este ponto e ouvir posicionamentos. Informou que equipe do DPT estará disponível durante a tarde para esclarecer questões relativas aos territórios.

SONIA GUAJAJARA/MPI especificou a programação do período da tarde e propôs que o retorno do almoço seja às 15:00.

Proposta aprovada pelo Plenário.

Às 15:20 retomada a 3ª Reunião do CNPI. Abertura por Inathan/MPI e Jecinaldo Cabral/MPI/ASPAD.

Aberta a parte da tarde da Reunião, JECINALDO CABRAL/MPI/ASPAD informou que as apresentações seriam iniciadas pelos representantes do Ministério do Turismo.

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES E ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS POVOS INDÍGENAS

Ministério do Turismo

JULIANA PAULA DE PAIVA OLIVEIRA/MINISTÉRIO DO TURISMO apresentou o projeto “Brasil Turismo Responsável”, incluindo o desenvolvimento do turismo responsável em comunidades indígenas brasileiras. Indicou como metas do projeto: i) desenvolvimento de material técnico-orientador sobre o turismo responsável no território de povos originários e comunidades tradicionais brasileiras; ii) apoio técnico para facilitação e fomento do desenvolvimento do turismo responsável em comunidades indígenas brasileiras; iii) realização de eventos que versam sobre o turismo responsável a nível nacional; e iv) elaboração de cursos de extensão EaD sobre turismo responsável, direcionado a gestores de turismo e prestadores de serviços turísticos em ambiente virtual de aprendizagem, destacando a importância da qualificação dos profissionais.

Apresentou como entregas do projeto: i) mapeamento das comunidades indígenas que desenvolvem atividades turísticas (em andamento – solicitou apoio da Secretaria Executiva do MPI para estruturar

o mapeamento); ii) 1º Seminário Nacional de Etnovivências em Territórios Indígenas e o Enfrentamento à Crise Climática, realizado em Porto Seguro; iii) criação da primeira Rede Nacional Indígena de Enoturismo, como resultado do 1º Seminário Nacional.

Apresentou o projeto “Experiências do Brasil Original”, que visa impulsionar o turismo de base comunitária em territórios indígenas e comunidades quilombolas, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Explicou que o projeto é voltado para a construção de experiências turísticas a partir da comunidade, e que a metodologia compreende o processo seletivo das comunidades, o diagnóstico pré-campo e pós-campo, a realização de oficinas de experiência e capacitações, e a fase final de apoio à comercialização. A primeira edição do projeto contou com 4 comunidades selecionadas.

Evidenciou que os resultados da primeira edição do projeto são: i) um manual com metodologia para desenvolvimento de experiências turísticas para as comunidades; ii) 40 experiências turísticas; iii) 170 pessoas capacitadas; iv) intercâmbio e troca de experiências com os representantes das comunidades; e v) participação de cada representante em eventos estratégicos de turismo. Apresentou vídeo como exemplo dos resultados das experiências do projeto, mencionado que também foram elaborados outros materiais. Informou que está sendo elaborado acordo de cooperação entre o Ministério do Turismo, MPI e Ministério do Desenvolvimento, FUNAI e Embratur para ampliar o projeto, que deve ser transformado em programa de governo. Informou, ainda, o lançamento do diagnóstico de etnoturismo amazônico, em evento realizado na Terra Indígena Katukina/Kaxinawa.

Casa Civil

DÉBORA NOGUEIRA/CASA CIVIL iniciou sua apresentação indicando que seria uma conquista alcançar uma proposta sobre desintrusão com base no PNGATI na reunião, especialmente a partir dos encaminhamentos da CT 1. Reforçou o compromisso do governo com a pauta indígena e o fortalecimento da institucionalidade da FUNAI e do MPI através de políticas públicas e recursos.

Em termos de planejamento, mencionou os programas e ações do Governo Federal, destacando que a instituição do MPI consolidou a agenda transversal para povos indígenas para organização da ação público. Apresentou que foram realizadas 114 ações em articulação com 33 órgãos do Governo Federal, exemplificando com o caso da Emergência Yanomami. Especificou dados da operação Yanomami, indicando que 9 garimpos foram encerrados na região. Relatou que a operação na Terra Indígena Munduruku também está em andamento, com apoio da Força Nacional. Ainda sobre desintrusão de terras indígenas, mencionou que já foi realizada a desintrusão de 4 terras indígenas, das 8 terras determinadas pela ADPF 709, sendo que nas TIs Munduruku e Yanomami já está em andamento.

Outro aspecto no planejamento é a participação dos povos indígenas, pelo CNPI, por exemplo, assim como as discussões desenvolvidas no âmbito do MPI.

Em relação ao caso Yanomami, destacou avanços nas ações para a segurança alimentar e educação.

Reforçou a importância da colaboração entre os entes federativos para enfrentar os desafios nas localidades, assim como para a discussão das agendas e das prioridades em cada TI. Mencionou colaboração com as Universidades Federais de Roraima e de Minas Gerais nos territórios, e a cooperação com a FUNAI e o MEC para o desenvolvimento dos territórios etnoeducacionais e dos espaços de saberes.

Expressou a importância dos dados de monitoramento. Indicou que existe seção no site da Casa Civil com boletins e dados sobre as ações da Casa de Governo. Destacou que está à disposição para esclarecer dúvidas sobre os Programas.

Secretaria-Geral da Presidência

RENÊ ESTEBAN ROJO/SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA mencionou que a proposta da Secretaria em apoiar o diálogo entre as comunidades e os ministérios finalísticos, intermediando o contato com os demais órgãos da administração. Indicou também a existência de grupos de trabalho no âmbito da Secretaria para ampliar o entendimento e a divulgação da Convenção nº 169/OIT. Especificou que a Secretaria possui instrumentos para realização de visitas de campo para acolher as demandas e providenciar andamento ou resposta às solicitações.

Ministério da Educação

ROSILENE TUXÁ/MEC apontou a insuficiência de políticas estruturantes, que garantam ações e programas contínuos ao longo dos últimos anos. No âmbito do MEC, estas políticas estruturantes estão sendo pensadas para garantir a continuidade das ações, principalmente a partir da formação de professores, necessária para superar gargalos e promover a educação escolar indígena com equidade. Explicou que a educação escolar indígena é política descentralizada, visto que os entes federados e as instituições de ensino são responsáveis pela execução das políticas regulatórias estabelecidas pelo MEC. Destacou a importância do acompanhamento e monitoramento para verificar se as políticas estão de fato avançando.

Apontou que o primeiro passo estruturante é a qualificação que o MEC detém para a condução da política nacional de educação escolar indígena. Observou a importância do retorno da SECADI para a criação e acompanhamento de políticas específicas, dentre elas a educação escolar indígena, inclusive na interface com os demais ministérios. Especificou que a educação escolar indígena perpassa diversas secretarias, mas a criação de um espaço específico é importante para a participação social dos movimentos indígenas, com atenção às demandas do Fórum Nacional de Educação Indígena que vem pautando a necessidade de qualificação da estrutura administrativa do MEC. Evidenciou que a criação da Diretoria de Educação Escolar Indígena permitiu maior estrutura de recursos e autonomia para condução de políticas. Contudo, a criação de uma secretaria especial para a educação indígena ainda é uma demanda pleiteada.

Dentre as políticas educacionais criadas pelas gestões precedentes, sublinhou a Política Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), que será atualizada. Mencionou que está sendo discutida a criação de um sistema nacional de educação, com a criação do subsistema nacional de educação

escolar indígena a partir dos territórios etnoeducacionais. Evidenciou também a importância das estratégias e ações voltadas à formação específica de professores indígenas, garantindo as exigências de legislação. Neste contexto, a SECADI qualifica o espaço de construção de políticas, como o PROLIND. Destacou o salto de recursos disponibilizados à SECADI desde 2023, com a prioridade aos cursos paralisados.

Informou a criação de novo programa com o objetivo de formar professores em pedagogias e licenciaturas interculturais, e o lançamento do edital “Parfor Equidade”. Inclusive, surgiu a sugestão na SECADI de que este edital pudesse ser ofertado para quilombolas, comunidades rurais e para a educação bilíngue e surda. Foram iniciados 39 novos cursos com mais de 7.000 vagas ofertadas. No âmbito deste edital, foi reconhecido o perfil do notório saber indígena, com vistas a fomentar a valorização dos saberes tradicionais. Existem também ações para formação continuada dos professores. Até o momento, foram ofertadas mais de 5.000 vagas para formação. Destacou que foi feita interface com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, permitindo maior autonomia aos professores indígenas para conduzir a formação.

Outra iniciativa apresentada foi o programa de bolsa permanência, que a partir do aumento do orçamento teve seus valores elevados e está promovendo a universalização do acesso à bolsa permanência. Além disso, destaca a importância da garantia de fluxo contínuo, enraizando a política a médio e longo prazo, e permitindo a formação de novas turmas.

Mencionou a discussão sobre a criação da Universidade Indígena. Informou que o MEC assumiu o compromisso com as instituições parceiras para realizar escuta aos povos indígenas. Foram realizados 20 seminários regionais para compreender a concepção de universidade esperada pelos povos indígenas. Uma parte do orçamento dos seminários foi direcionada para providenciar a participação de parentes, consultores e técnicos nos seminários.

Quanto ao financiamento e infraestrutura da educação escolar indígena, celebrou o aumento do fator de ponderação do FUNDEB que passou de 1.2 para 1.4, permitindo o acréscimo de recursos para cada matrícula indígena por ano.

Em relação ao Programa Direito na Escola (PDDE), evidenciou que o programa permite investimentos de recursos contínuos para melhoria do espaço físico da escola. Informou que, a partir do ano que vem, haverá recurso menos burocrático no sistema, através do qual o recurso irá ser direcionado para a escola diretamente, somente com a adesão do diretor, e com o posterior acompanhamento pela Secretaria Municipal para prestação de contas.

Informou que está prevista para os próximos anos (2024 – 2027) a implementação de recursos para custeio, e a construção de 113 escolas via PAC, com expectativa de 630 alunos

Apresentou as ações emergenciais para os territórios educacionais Yanomami e Ye'kwana, relatando a precariedade de infraestrutura e a quantidade de escolas fechadas. Informou que foram feitos investimentos e parcerias com os institutos e universidades federais, as Secretarias, a Casa Civil, MEC e FUNAI, com vistas a permitir entregas. Foi realizado planejamento conjunto com os parceiros. Serão construídas 4 escolas Yanomani e Ye'kwana e 10 espaços de saberes por autogestão. Foram previstos recursos para a remuneração das equipes de custeio e administração e para a

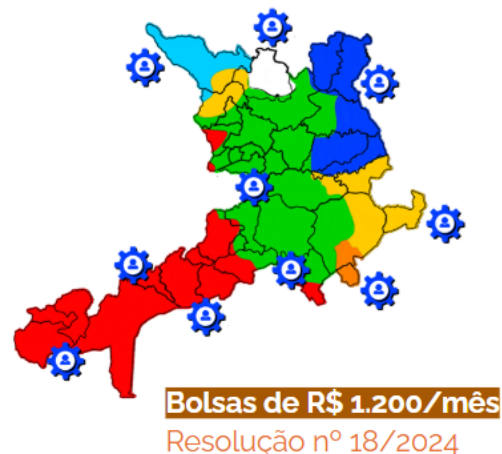
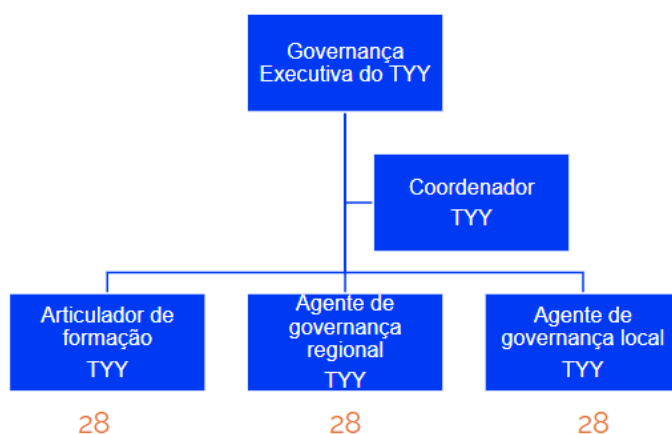
construção de centro de formação, conforme solicitado pelas lideranças do território. Os modelos de construção dos espaços e da gestão estão sendo elaborados juntamente aos povos indígenas.

Mencionou que também foi pactuada a ação de formação de professores e a entrega de materiais escolares. Foi apresentado, ainda, a inovação do sistema de governança do território etnoeducacional, com base no modelo da TI Yanomami e Ye'kwana. Serão oferecidas bolsas para os agentes do território, nos termos da Resolução nº 18/2024.

4

Implementação do TEE YY

- 84 Agentes Territoriais de Educação - R\$ 1.209.600,00



Destacou que estão sendo adotadas ações emergenciais no Mato Grosso do Sul. Apresentou as estratégias para qualificação da educação escolar indígena por meio da participação social, como a CNEEI, a CAPEMA e o Compromisso Nacional Criança Alfabetiza.

Ministério do Planejamento e Orçamento

ANA LUIZA DELGADO/MPO iniciou sua apresentação destacando que, embora o Ministério não atue diretamente em políticas finalísticas voltadas aos indígenas, existe contribuição para o desenvolvimento do PPA, o principal instrumento de planejamento e alocação de recursos de médio prazo do Governo Federal.

Pontuou que o PPA 2024 – 2027 foi marcado por ser extremamente participativo, para além da integração com as ações dos demais ministérios, e ao longo do processo de elaboração ocorreram fóruns com os conselhos nacionais representados e 27 plenárias estaduais, com 34.000 participantes. A plataforma Brasil Participativo teve mais de 4 milhões de acessos. O PPA também é inovador por tratar de agendas prioritárias e transversais.

Evidenciou que o PPA 2024 – 2027 está dividido em 3 eixos: i) desenvolvimento social e garantia de direitos; ii) desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental e climática; e iii) defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Destacou que a estrutura do PPA apresenta duas dimensões, estratégica e prática. A dimensão estratégia institui indicadores-chave relacionados às metas nacionais, enquanto a dimensão prática envolve as camadas legal e gerencial, relacionadas ao orçamento e ao planejamento disposto no PL, respectivamente.

Pontuou que uma grande inovação foi trazer a perspectiva transversal *ex ante*, isto é, já na lei anterior à implementação do PPA são estabelecidos atributos específicos de transversalidade.

Destacou as agendas transversais, disponíveis no site do Ministério, que envolve 39 programas finalísticos, 84 objetivos específicos, 205 entregas, 76 medidas institucionais e normativas, envolvendo 22 ministérios do Governo Federal.

Especificou que a Agenda Transversal dos Povos Indígenas está estruturada em 7 dimensões:

- Posse plena das terras indígenas;
- Gestão territorial e ambiental indígena;
- Sociobioeconomia indígena;
- Saúde indígena;
- Educação;
- Direitos pluriétnicos, culturais e sociais;
- Capacidade institucional.

Foram individualizadas as ações e entregas previstas por diferentes órgãos para o estabelecimento de cada dimensão da Agenda Transversal. Informou que, a partir de 2025, serão disponibilizados relatórios de implementação para cada dimensão, que constituem instrumentos de gestão para monitorar e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas e para implementar ajustes.

Ministério do Esporte

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/ME informou que estão sendo retomadas as discussões sobre o esporte e o lazer relacionados às pautas indígenas. Dentre as demandas apresentadas, o Ministério elegeu fortalecer a democratização do acesso ao esporte e ao lazer de forma continuada, com a implantação, desenvolvimento e, sempre que possível, financiando programas, projetos e ações.

Apresentou vídeo de iniciativa nacional do Ministério ao longo dos governos Lula e Dilma que relata o projeto Lazer-Cidade, realizado na Vila Olímpica Indígena do Mato Grosso do Sul, com financiamento parlamentar. A expectativa é de que o projeto seja retomado em ação conjunta aos povos indígenas.

Destacou que o Ministério e a Coordenação de Esporte do MPI tem discutido formas de qualificar e ajustar iniciativas já desenvolvidas, com financiamento.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PEDRO MARTINEZ/MJSP apresentou a Secretaria de Acesso à Justiça, criada em 2023. Explicou que a competência para emissão de portaria declaratória foi realocada para esta Secretaria em julho de 2023. Evidenciou o procedimento de demarcação das terras indígenas de forma resumida. Destacou que houve um período de paralisia da política de demarcação por 6 anos. Relatou que, desde junho de 2023, foram recebidos 37 procedimentos demarcatórios na Secretaria. Apontou que, em 2024, foram atingidas 45% das metas previstas pelo PPA (2024 – 2027).

—

A apresentação foi interrompida para receber a Ministra Sonia Guajajara, o Secretário Executivo Eloy Terena, a Presidente Joenia Wapichana, e o Vice-Presidente Dinaman. Foi realizado ato de celebração pela homologação das Terras Indígenas Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba, e Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina.

SONIA GUAJAJARA/MPI saudou os povos das terras indígenas homologadas e convidou o Conselheiro Brasília Pripá, representante do Estado de Santa Catarina, para integrar a mesa. Agradeceu ao Presidente Lula por se comprometer a homologar a terra indígena Xucuru-Kariri em Alagoas ainda esse ano, antes do Natal.

Saudou os departamentos do Ministério dos Povos Indígenas e a FUNAI pelos esforços para concretizar a demarcação dos territórios. Agradeceu também à Secretaria-Geral da Presidência, ao movimento indígena, à APIB e às organizações de base pelas mobilizações.

Encerrou a mesa para intervalo.

—

PEDRO MARTINEZ/MJSP prosseguiu com a apresentação, ressaltando a preocupação com a questão de drogas e substâncias ilícitas em terras indígenas. Neste contexto, foi criado o Programa CAIS.

Mencionou também o projeto Línguas Vivas no Direito, desenvolvido em parceria com o MPI, para tradução da Constituição Federal em 3 línguas indígenas, permitindo que seja levado ao Judiciário o conhecimento sobre a cosmovisão e costumes indígenas.

Quanto à sustentabilidade da desintrusão, destacou o problema do garimpo ilegal nas terras indígenas, e explicou que um controle maior da cadeia do ouro é uma medida efetiva para controle da desintrusão, citando o PL encaminhado.

Abertura da lista de inscrições para falas das lideranças.

TAYSE POTIGUARA/APOINME perguntou, para a Casa Civil e para o Ministério de Planejamento, sobre a criação do DISEI no Rio Grande do Norte, o qual está vinculado ao DISEI da Paraíba no momento. Destacou a grande diferença existente entre os municípios e comunidades indígenas do Rio

Grande do Norte e da Paraíba. Questionou se haveria previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual para implementação dos DISEIs pleiteados pelo movimento indígena.

Para o Ministério do Esporte, informou que se inscreveram no Programa Segundo Tempo para as comunidades indígenas e foram aprovados em 2023, mas ainda não obtiveram retorno sobre os recursos do Programa. Questionou se existe previsão de pagamento dos recursos, visto que a comunidade já foi informada sobre a ausência de orçamento para o edital. Informou que, em 2023, foi enviado ofício na Secretaria de Esporte Amador, por 3 vezes, questionando sobre a construção de um Ginásio na comunidade.

Para o Ministério da Educação, questionou como se dará o diálogo nos territórios etnoeducacionais.

FRANCISCO PIYÄKO/ACRE considerou que as apresentações e discussões evidenciam um avanço prático, porque por muito tempo as comunidades não tinham conhecimento sobre as iniciativas estatais. Recomendou pensar sobre como as comunicações e trabalhos realizados pelos Ministérios e pelas CTs podem ser apresentados aos territórios, de modo que seja possível realizar o acompanhamento e implementação e reprodução das políticas na ponta.

INATHAN/MPI informou, em resposta, que existe preocupação com os fluxos das CTs para implementação dos encaminhamentos. Informou que o MPI está preparando nota informativa para os Conselheiros com orientações para o fluxo de providências a serem adotados pelas CTs.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS perguntou, para o Ministério de Turismo, se o projeto somente pode ser realizado em terras demarcadas. Perguntou também qual o mínimo e qual o máximo do projeto. Além disso, questionou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Secretário Pedro Martinez, a razão da demora e burocracia para resposta a comunidades na faixa de fronteira. Para o Ministério de Esporte, destacou a necessidade de ampliar o projeto de estrutura esportiva para os jovens da região, especialmente em comunidades com grandes populações de jovens. Demonstrou preocupação com as questões de saúde mental dos jovens. Informou que existe o projeto da Copa Indígena há mais de 4 anos, mas ainda não foi possível realizá-lo pela falta de apoio.

DORINHA PANKARÁ/APOINME agradeceu aos Encantados pelas homologações das TIs. Para o Ministério da Educação, indicou a importância do PDDE para melhoria da infraestrutura das escolas, mas evidenciou que o recurso é destinado para fins específicos, de modo que as comunidades não têm autonomia para definir como deverá ser investido o recurso. Por exemplo, o recurso é destinado para pintura, mas são necessários recursos também para a construção. Por isso, destacou que os recursos devem ser pensados conforme as necessidades da comunidade. Mencionou, ainda, a necessidade de diminuir a burocracia da prestação de contas, considerando os desafios para apresentação das informações.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME parabenizou a conquista das homologações e as apresentações dos Ministérios com políticas transversais. Destacou a importância do esporte, e acredita que seria necessário trabalhar mais em conjunto com a FUNAI e o MPI. Pontuou que o Ministério da Justiça e Segurança deve rever as políticas de segurança para proteção da vida das pessoas indígenas.

CLEBER BUZATTO/CIMI saudou o esforço dos diferentes órgãos de governo que atuaram para avançar os procedimentos administrativos e GTs que têm sido criados. Fez votos que o processo continue para além da lista inicial do período de transição. Adicionalmente, chamou atenção para o tema de usufruto das terras indígenas, que acredita ter um gargalo no que tange ao financiamento ou fomento do usufruto exclusivo para a produção de alimentos, com vistas a superar a insegurança alimentar. Evidenciou que falta de recursos do Estado para crédito e fomento acaba abrindo espaço para assédios que resultam em situações de arrendamento de terra e outros problemas de segurança. Destacou ser necessária a estruturação de fomento específico do Estado Brasileiro para fomentar a produção de alimentos, para além dos valores a título de subsídio, cumprindo ditame constitucional e promovendo a soberania alimentar.

JOCELINO TUPINKIM/APOINME parabenizou todos que fizeram as apresentações e destacou a necessidade de se pensar caminhos para que as iniciativas sejam efetivamente implementadas e cheguem às comunidades. Sobre as ações de turismo, ponderou que muitas comunidades já desenvolvem atividades neste sentido, mas sem apoio ou orientação, o que se faz necessário. Com relação à saúde e à efetividade dos cargos da AgSUS, questionou qual o mecanismo legal para não se constituir um vínculo empregatício, sem a necessidade de se ter um concurso público na área da saúde pública indígena. Criticou o modelo adotado, porque mantém o formato anterior sem adotar um processo seletivo, o que não seria democrático. Quanto ao MEC, perguntou como a SECADI está desenvolvendo o formato de participação social e atuação dos territórios etnoeducacionais. Informou, ainda, a existência de empreendimentos na sua região para a construção de um porto que está impactando as comunidades locais.

JULIANA/INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL questionou se o processo de desintrusão da terra Yanomami já foi finalizado ou se há novas informações. Informou que foram identificados alguns focos de garimpo em rios da TI. Expressou preocupação considerando que os focos de garimpo remanescentes estão localizados em núcleos do crime organizado.

ROSILENE TUXÁ/MEC respondeu à TAYSE informando que neste ano foi feita a repactuação do território etnoeducacional Yanomami e Ye'kwana. Informou que já foi iniciada a elaboração do cronograma e agendas de repactuação para o próximo ano, e que serão disponibilizados os números dos territórios para indicação de representantes. Informou que estão sendo contratados consultores para implementação da governança e formação dos representantes. Em resposta à Dorinha, afirmou que o PDDE tem um escopo mais amplo, podendo ser aberto ou diferenciado para diversos objetivos. Apontou que será feita a desburocratização do processo de solicitação e prestação de contas dos recursos, após a adesão da escola. Na sequência, a Secretaria Municipal deve iniciar o acompanhamento do Programa na escola. Em resposta ao Jocelino, informou que a política dos territórios educacionais tem novo modelo e formato, após paralisação de anos, e a expectativa é que os processos sejam autogerenciáveis.

PEDRO MARTINEZ/MJSP agradeceu ao Agnaldo pela participação e relatos trazidos dos territórios. Na questão da segurança, ressaltou que existe repartição de responsabilidades. Entretanto, no âmbito federal, não há força policial competente para realizar uma guarda local. Informou que o Ministro Ricardo Lewandowski apresentou proposta de emenda à constituição ao Presidente Lula, propondo alterações como a criação de uma força ostensiva policial, a partir da reestruturação da Polícia Rodoviária Federal, ampliando competências em relação aos crimes ambientais. Sugeriu o

acompanhamento das discussões sobre a PEC. Reforçou que as desintrusões estão sendo trabalhadas, no âmbito do Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas, coordenado pelo MPI, com vistas a garantir a proteção territorial e a sustentabilidade desta proteção. Em resposta à Juliana do Instituto Socioambiental, informou que as ações estão ativas e continuam, entretanto, foi percebido que os garimpeiros alteraram suas estratégias, o que gerou desafios ao combate da ilegalidade. Além disso, destacou que são desenvolvidas ações de pós-desintrusão, para garantir a sustentabilidade da medida. Em resposta ao Jocelino Tupinikim, informou que, como a TI já está homologada, a instalação do empreendimento deve compreender protocolo de consulta livre, prévia e informada à comunidade. Caso não seja feita a consulta, subsiste ilegalidade. Pontuou que poderia ser discutido o tópico da entrada de álcool e drogas em comunidades indígenas, como oportunidade de discussão temática na próxima reunião. Informou que podem participar os representantes da Secretaria de Álcool e Drogas do Ministério de Justiça e Segurança Pública.

INHATA/MPI informou que a sugestão de discussão temática ficaria como **encaminhamento para as próximas reuniões**.

LUCINHA TREMEMBÉ/SESAI em resposta à pergunta sobre o contexto de contratação da AgSUS, informou que o modelo adotado de migração tem por objetivo garantir que o serviço não seja interrompido no momento. Há previsão de vagas que poderão ser ocupadas por processo seletivo ao longo de 2025, entretanto, o modelo de migração está sendo adotado para garantir a ininterruptão do atendimento aos territórios.

ANA ELENARA DA SILVA PINTOS/ME agradeceu as perguntas e os feedbacks à apresentação. Especificou que existem 3 meios de implementar os programas, para além dos editais públicos de chamamento previstos: i) dotação própria; ii) utilização de orçamento do Ministério para proponente específico desenvolver ação diferenciada; ou iii) emendas parlamentares. Destacou que o Ministério dos Esportes possui recurso reduzido para tentar implementar os programas novamente, e ocorreram cortes nos financiamentos. Solicitou à mesa que fosse compartilhada a versão digital da cartilha sobre dimensões do esporte. Explicou que é possível verificar na cartilha quais modalidades de ação existem e como estas podem ser desenvolvidas e pactuadas. Em relação à ausência de retorno para demandas apresentadas, sugeriu que fosse encaminhado o pedido por protocolo quando não for possível obter retorno sobre ofício ou comunicação. Solicitou que Tayse apresentasse os dados do pedido que não obteve resposta. Registrou que pode ser desenvolvido projeto específico de Lazer e Esporte para os Povos Indígenas.

INHATA/MPI registrou **proposta da Secretaria Ceíça Pitaguary (MPI) para que seja elaborada resolução sobre política de esporte, até o dia seguinte da reunião ou em reuniões futuras**.

JOCELINO TUPINKIM/APOINME destacou que sua pergunta era no sentido de considerar o prazo legal de 3 anos para o reconhecimento de vínculo empregatício no serviço público, e como isso poderia ter consequências para os contratos do AgSUS.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informou que todos os convênios são de 5 anos.

INHATA/MPI sugeriu que a pergunta fosse resolvida em diálogo com Lucinha Tremembé (SESAI), a qual deve ter mais informações sobre o assunto.

INFORMES

JECINALDO CABRAL/MPI/ASPAD perguntou se todos os Conselheiros receberam as suas diárias. Para os que não receberam, solicitou que procurassem a mesa da Bancada Indígena. Quanto à prestação de contas, indicou que alguns Conselheiros estão com pendências no sistema.

INATHAN/MPI informou que o 2º dia de reunião será iniciado às 8h30 no dia seguinte, e solicitou que fosse informado à Mesa Diretora quem desejasse realizar ritual de abertura. Encerrou o 1º dia da 3ª Reunião Extraordinária do CNPI.

Brasília, 05 de dezembro de 2024.

2º Dia de Reunião

Aos cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h50, no Hotel Ibis Style Aeroporto de Brasília, Sala de Eventos, teve início o segundo dia da **3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

SONIA GUAJAJARA/MPI informou que seria dada continuidade às apresentações dos Ministérios.

GIBA TUXÁ conduziu o ritual de abertura.

SONIA GUAJAJARA/MPI disponibilizou espaço para informes.

Não houve informes.

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES E ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS POVOS INDÍGENAS

Ministério das Mulheres

PAGU RODRIGUES/MINISTÉRIO DAS MULHERES iniciou sua apresentação destacando que as ações apresentadas têm como foco a parceria interministerial. Informou que, a partir da 3ª Marcha de Mulheres Indígenas, foi iniciada pesquisa sobre violência contra mulheres indígenas nos territórios, em parceria com a UnB. Ressaltou a inexistência de dados sistematizados, e referências bibliográficas e formativas sobre violência contra mulheres indígenas. Indicou que estão sendo realizadas conferências territoriais nas TIs. A pesquisa deve ser finalizada até março de 2025.

Informou que está sendo desenvolvido equipamento de proteção e acolhimento de mulheres indígenas em situação de violência, com a construção da Casa da Mulher Indígena – CAMI. O projeto arquitetônico está sendo desenvolvido em parceria com a UnB. A expectativa é de que sejam construídas 01 casa por Bioma inicialmente, considerando as identidades regionais. Explicou que se trata apenas de expectativa inicial, visto que já foi identificada a demanda por mais equipamentos.

Apresentou que está sendo elaborado Protocolo de Atendimento para Mulheres Indígenas na Casa da Mulher em Brasília, em fase de consulta junto aos órgãos de governo. A partir disso, destacou a elaboração de política nacional de prevenção à violência contra mulheres indígenas, a ser apresentada na Primeira Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, evento antecedido pelas conferências regionais e realizado em parceria com o MPI.

Outra iniciativa apontada foi a parceria com o MPI no Programa Tecendo Bem-viver e no Programa Quintais Produtivos, que deverá ser entregue em breve para Mulheres Guaraní-Kaiowá, considerando a situação de emergência destas comunidades no Mato Grosso do Sul.

Destacou que o processo participativo envolve a realização de conferências territoriais com as mulheres indígenas. Apresentou o programa de necessidades, considerando os equipamentos necessários para o fluxo de enfrentamento à violência. Especificou que a Casa da Mulher Indígena contará com atendimento psicossocial, orientação jurídica, acolhimento e encaminhamento para a rede. A meta é que todos os profissionais do serviço sejam indígenas ou indigenistas especializados, com intérpretes, advogados e psicólogos indígenas. O programa da Casa da Mulher prevê um programa mínimo, considerando as identidades e necessidades locais, que poderá ser ampliado conforme os resultados das conferências territoriais.

Informou que, até o momento, foram realizadas as seguintes ações: i) 3 oficinas técnicas de governo em 2024 para debater o formato do serviço dentro dos Ministérios; ii) apresentação de proposta de protocolo para atendimento em Roraima; iii) TED em parceria com a UnB para qualificação do projeto arquitetônico da casa e para monitoramento dos dados de violência; e iv) abertura do programa orçamentário no âmbito do Ministério das Mulheres, para garantir os investimentos necessários via emenda parlamentar e orçamento próprio para a Casa da Mulher Indígena.

Apresentou planta inicial do projeto, que será disponibilizada para consulta pelos territórios. Especificou que a implantação das casas seguirá as etapas de: i) aprovação do projeto arquitetônico por concurso público; ii) elaboração de diretrizes para elaboração do contrato de licitação dos equipamentos; iii) indicação e sondagem de terreno; iv) licitação da obra; v) construção e equipagem da casa; e vi) inauguração do serviço.

Explicou que a definição das casas por Bioma será estabelecida considerando critérios de locais com maiores índices de violência contra mulheres indígenas, distância territorial, acesso a serviços e índice populacional.

Demonstrou o desenho da política de enfrentamento à violência contra mulher, para além dos mecanismos já existentes, destacando que o objetivo do novo programa é a criação de mecanismos na estrutura de políticas para garantir a proteção específica para o contexto das mulheres indígenas.

Pontuou que o desenho apresentado deverá ser aprovado na Primeira Conferência Nacional de Mulheres Indígenas.



Detalhou os eixos para consolidação da Política Nacional, abertos a receber contribuições e propostas:

- Complementação à Lei Maria da Penha, a partir da perspectiva e necessidades das mulheres indígenas;
- Proteção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas;
- Combate à exploração sexual e tráfico de mulheres indígenas;
- Situação das mulheres indígenas em privação de liberdade e encarceramento;
- Enfrentamento ao racismo ambiental e violências contra as mulheres indígenas em decorrência dos conflitos territoriais;
- Fortalecimento da auto-organização e autoproteção para mulheres indígenas defensoras de direitos humanos;
- Enfrentamento à violência política contra mulheres indígenas.

Relatou que foram propostos os seguintes questionamentos para os grupos de trabalho nas conferências:

- O que não pode faltar para que o atendimento de mulheres indígenas seja adequado nas casas?
- De que maneira o fluxo do atendimento precisa acontecer?
- Como fazer o acolhimento e garantir o retorno seguro das mulheres indígenas em situação de violência para o seu território?

Indicou que as contribuições e propostas podem ser enviadas para o e-mail dpd@mulheres.gov.br.

Apresentou, ainda, o Plano de Ações para meninas e mulheres indígenas, apresentado à FUNAI e a SESAI no âmbito da rede de proteção Yanomami. Dentre as ações, destacou: i) o estabelecimento de política de capacitação para CASAI junto à FUNAI, mencionando que já foi realizada primeira

oficina de qualificação no território em junho de 2024; ii) a realização de consulta livre e protocolar com 11 associações Yanomami para a política da Casa da Mulher Indígena; iii) a construção de fluxo de atendimento para mulheres Yanomami em trânsito na fronteira; iv) a capacitação de profissionais na rede em parceria com o MPI; v) o lançamento de edital de fomento para alta proteção de mulheres Yanomami; vi) a construção do observatório de violência contra meninas e mulheres Yanomami; e vii) Casa da Mulher Indígena no território Yanomami.

Por fim, apresentou a equipe envolvida nas atividades.

Ministério de Direitos Humanos e Cidadania

VINICIUS LARA/MDHC iniciou sua apresentação saudando a bancada de lideranças indígenas. Solicitou que cada programa apresentado fosse discutido nas CTs para submissão de sugestões e ampliação do diálogo. Ressaltou a atuação conjunta do MDHC ao MPI, à FUNAI, à SESAI e aos demais órgãos de governo.

A primeira ação apresentada foi o Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que está sendo reestruturada no âmbito do GT Sales Pimenta, instaurado a partir de uma condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Informou que está sendo elaborada a primeira minuta do Plano Nacional de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, aberto para discussão e sugestões. O programa é acompanhado por equipe técnica federal regionalizada, atuando em Roraima, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso do Sul para acompanhamento das populações indígenas. Destacou a instalação da mesa de diálogo sobre proteção territorial aos povos Yanomami e Ye'kwana para estabelecer programa de proteção com estratégias de proteção coletiva, a ser reproduzido em outros territórios.

A segunda iniciativa apresentada foi o Centro de Referência em Direitos Humanos para as populações indígenas e, especificamente, para o povo Yanomami (CRDHY), em Boa Vista, em parceria com a FUNAI. A perspectiva é de atendimento em direitos humanos, nas esferas jurídica, psicológica e notarial (documentação civil) para os povos indígenas.

A terceira iniciativa destacada foi o Centro de Atendimento Integrado a Adolescentes e Crianças Vítimas de Violência, que está sendo estruturado para ser entregue no começo de 2025 em Boa Vista. A expectativa é que seja disponibilizado equipamento para funcionar em espaço do governo estadual de Roraima, em parceria com o MDHC, para promover acolhimento e atendimento integral, qualificado e rápido da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência ou abuso sexual. Esta política insere-se no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com proposta de formação continuada dos profissionais dos Conselhos Tutelares. A proposta de criação da formação continuada foi apresentada em reunião da Aty-Guasú dos povos Guarani-Kaiowá, possibilitando aos Conselheiros Tutelares compreender o contexto indígena e atuar para a proteção das crianças e adolescentes a partir desta realidade.

Outra ação apresentada foi a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, espaço destinado ao recebimento e encaminhamento de denúncias de violação de direitos humanos. Destacou que o

formato do projeto deve ser itinerante, para visita das regiões do país e para recebimento de denúncias diretamente nos territórios.

Outra iniciativa apresentada foi o projeto de formação de Promotores Indígenas de Direitos Humanos, realizados em parceria com a UnB e a UFMG. O objetivo é a formação de lideranças indígenas para promover reivindicações de direitos humanos, com base no conhecimento sobre a legislação e no compartilhamento de informações dialogadas.

Apresentou também a Formação sobre Proteção de Defensoras e Defensores de direitos humanos, enquanto política de proteção e reconhecimento público. São realizadas oficinas com jovens e lideranças para promover a formação em Direitos Humanos, incluindo ações de enfrentamento ao discurso de ódio e ao racismo anti-indígena.

Destacou o Programa Bem Viver+, iniciativa pioneira destinada à formação e à criação de espaços coletivos seguros para pessoas LGBTQIA+ camponesas, agricultoras familiares, assentadas, ribeirinhas, caiçaras, extrativistas, pescadoras, indígenas e quilombolas. Indicou que o projeto está em fase piloto com o povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, em diálogo com as lideranças locais. Mencionou que são oferecidas bolsas para as lideranças e suporte psicológico, em resposta às violências sofridas pela juventude LGBTQIA+ indígena.

Outro projeto apresentado foi o Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas no Instituto Insikiran da Universidade de Roraima. A iniciativa oferta a formação sobre a realidade dos povos indígenas e defesa de seus direitos fundamentais na rede de ensino e comunidade escolares de Boa Vista. O Observatório integra o Observatório de Direitos Humanos do MDHC para fornecer dados para a elaboração de políticas públicas a partir das realidades locais.

Por fim, ressaltou que o Ministério integra o Gabinete de Crise Guarani-Kaiowá, que evoluiu para uma sala de situação permanente para respostas rápidas em casos de violência contra povos indígenas.

Finalizou a apresentação reafirmando o compromisso do Ministério com os povos indígenas e com o MPI.

Ministério das Cidades

RUI PIRES/SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO informou que atualmente a Secretaria Nacional de Habitação trata do Programa Minha Casa Minha Vida. O programa foi recriado em 2023 e recebeu recursos do orçamento da União, no montante de 11 bilhões de reais. Especificou que o Programa Minha Casa Minha Vida Rural também atende às comunidades indígenas, e que na seleção de abril de 2024 foram selecionadas 161 propostas de habitação indígena, totalizando 5.909 unidades habitacionais. A expectativa é que, a partir de março de 2025, seja iniciado novo processo de seleção.

Apresentou as modalidades do programa, destacando o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, e explicou brevemente sobre como realizar a proposta e localizar as orientações e normativas no site do Ministério. Destacou que, caso haja dúvidas, os interessados podem procurar a Caixa Federal ou a Secretaria Nacional de Habitação. Informou que no âmbito da Secretaria Nacional existe comitê

com participação do Governo Federal e da sociedade civil para discutir eventuais problemas na execução e contratação do programa, que conta com a representação indígena.

INATHAN/MPI abriu espaço para inscrição de falas e contribuições da Plenária.

DINAMAN TUXÁ/APIB deliberou o tempo de fala de 3 minutos.

Proposta aprovada pelo Plenário.

CACIQUE SANDRO POTIGUARA/PARAÍBA destacou a questão da segurança e proteção às lideranças indígenas. Afirmou que 4 caciques do povo Potiguara na Paraíba estão sofrendo ameaças, e fazem parte do Programa dos Defensores de Direitos Humanos. Contudo, pontuou que a situação ainda é de vulnerabilidade e que o serviço de proteção deve ser revisto, por ser ineficiente.

CACIQUE EDNALDO TABAJARA/APOINME parabenizou a apresentação do Ministério das Mulheres. Também questionou a efetividade do serviço de proteção dos Defensores de Direitos Humanos. Em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, relatou a dificuldade das associações em acessarem a política pública por não terem um estatuto regularizado nos termos exigidos pelo edital. Pontuou que sentiu falta do Ministério da Cultura. Reforçou que as apresentações serão discutidas e aprofundadas nas CTs.

CAL POTIGUARA/APOINME parabenizou a FUNAI por completar 57 anos, destacando o histórico de lutas e considerando que o fortalecimento da FUNAI é o fortalecimento dos povos indígenas. Parabenizou também a criação do CNPI e reforçou que as discussões devem ser levadas às CTs, para permitir que as informações e propostas apresentadas pelos Ministérios sejam levadas às comunidades, visto que muitas informações não são devidamente recebidas por consequência das diferenças linguísticas e culturais. Agradeceu à Deus e aos Encantados pela homologação das terras e fez votos para o avanço das homologações e das políticas para todas as populações.

TAYSE POTIGUARA/APOINME em resposta à Pagu Rodrigues, reforçou que a construção do relatório de diagnóstico da violência contra a mulher indígena é muito importante. Relatou que foi realizada iniciativa semelhante pela Coordenação da APOINME, com oficinas, para mulheres indígenas no Rio Grande do Norte. Neste contexto, destacou que foi identificado o fato de muitas mulheres indígenas não conhecerem a Lei Maria da Penha e não saberem sobre a violência patrimonial. Não é discutido também a questão do estupro matrimonial e da violência em convívio doméstico. Ressaltou, ainda, os desafios das mulheres indígenas para denunciar os casos de violência. Apontou que uma das sugestões desta iniciativa foi a criação de uma rede de apoio para proteção às mulheres indígenas. Mencionou também a importância de promover discussões sobre masculinidade tóxica com homens e meninos indígenas.

Para o Ministério das Cidades, perguntou qual a especificidade do Programa Minha Casa Minha Vida para os povos indígenas. Destacou que a problemática das documentações, porque muitas comunidades não possuem os documentos exigidos pela Caixa Federal. Por exemplo, quando não há demarcação de terra, não há comprovante de residência.

FRANCISCO PIYÃKO/ACRE reforçou o ponto trazido por Tayse Potiguara sobre a burocracia e documentação exigida pelo Programa Minha Casa Minha Vida. **Sugeriu a criação de um novo e específico programa habitacional considerando o contexto indígena.** Destacou a importância do esforço coletivo das CTs para que os territórios sejam fortalecidos e alcancem a realização das políticas públicas.

SERGIO TERENA/CENTRO-OESTE em resposta ao MDHC, relatou que alguns indígenas se inscreveram na última eleição para o Conselho Tutelar, mas não sucesso na classificação devido a exigência de experiência prévia. Considerou que o programa de formação pode ser uma oportunidade de fortalecer a participação indígena nas próximas eleições. Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, reforçou os desafios relativos à apresentação de estatuto pelas associações, questionando se as entidades sem fins lucrativos poderiam participar. Questionou, ainda, se os recursos do programa já abrangem o custeio da equipe técnica de engenheiros. Parabenizou a representação dos Ministérios e afirmou a importância de divulgar as informações no território para promover mais transparência das ações do Governo Federal. Propôs à Secretaria do CNPI que realizasse uma moção de aplauso ao Conselho, ao MPI, ao Governo Federal e à FUNAI.

GILMAR VERON/ATY-GUASU saudou as lideranças presentes e parabenizou a apresentação do Ministério das Cidades. Pontuou a situação de violência contra mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul. Destacou a importância da tradução dos materiais para línguas indígenas. Reforçou também a importância da consulta aos povos indígenas para compreender o contexto cultural das comunidades antes da implementação dos projetos. Mencionou, ainda, a sensibilidade do tema da segurança e da efetividade do serviço de proteção. Perguntou se alguém poderia especificar melhor o funcionamento do Programa Luz para Todos, porque algumas comunidades não têm acesso.

UBIRAJARA SOMPRÉ/COIAB parabenizou a Ministra dos Povos Indígenas e a FUNAI pela demarcação das terras indígenas na data de ontem. Parabenizou a todos os órgãos de governo que estão atuando na Emergência Yanomami. Afirmou que é este envolvimento que os demais povos indígenas desejam, esta é a política pública almejada não apenas para o povo Yanomami. Destacou a importância de política habitacional específica para os povos indígenas, e que o Ministério das Cidades considere também as necessidades de saneamento, água potável e poços artesianos. Mencionou, ainda, a importância e urgência de melhor atendimento aos casos de média e alta complexidade, que vão além do escopo de atenção primária da SESAI. Pontuou também as demandas de atendimento pelo Programa Luz para Todos, especificando a possibilidade de uso de placas solares no Pará. Reforçou a necessidade de acesso à internet pelas comunidades.

MARIA DA CONCEIÇÃO/PIAUÍ ressaltou a importância de abrangência das políticas no estado do Piauí. Solicitou à FUNAI que abrisse um GT para o Piauí e denunciou a agressão do agronegócio em seu estado. Em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, perguntou se as aldeias retomadas poderiam acessar a política pública. Apontou, ainda, que muitas comunidades enfrentam dificuldades em cartório para registro de suas associações, o que dificulta o acesso aos programas de governo. Parabenizou a FUNAI e registrou a necessidade de atenção ao Piauí.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME informou à Secretaria Executiva que será apresentada moção em momento oportuno para alteração de nome do Parque Monte Pascoal, do “Descobrimento”, para Parque Nacional Maturembá. Perguntou se haveria possibilidade do Ministério dos Direitos Humanos

agendar visita à Bahia no primeiro semestre de 2025 para tratar do Programa de Defensores de Direitos Humanos, que já possui cerca de 100 participantes na Bahia. Sobre a proposta de casas do Ministério das Mulheres, informou que estas informações não estão chegando ao movimento. Questionou se já tem edital disponível e solicitou a disponibilização dos critérios.

SONIA GUAJARARA/MPI esclareceu brevemente que o Ministério de Cultura faz parte do Conselho, mas não pode participar excepcionalmente desta reunião.

CASSIMIRO TAPEBA/APOINME registrou a importância de criar agenda de demarcações, com monitoramento dos processos em andamento. Relatou o contexto de criminalização das lideranças, considerando a possibilidade de atender às comunidades e permitir a proteção e a continuidade das lideranças no território. Ressaltou a necessidade de discussão dos empreendimentos *on-shore* e *off-shore* que estão sem providências de consulta aos povos indígenas. Pontuou a necessidade de discussão dos programas habitacionais, com especial atenção nas aldeias mais distantes. Em relação aos documentos, destacou a exigência apresentação de autodeclaração em diversos programas de governo, para além das universidades, considerando as ações dos órgãos de controle. Neste sentido, especificou a importância de discussão sobre os “neodeclarados” em processo de retomada.

MARCOS SABARÚ/APOINME perguntou se a comunidade poderia opinar sobre a estrutura e arquitetura da casa no âmbito dos programas de moradia. Questionou, ainda, se há diálogo e articulação do Ministério das Cidades com outros órgãos e programas de governo, para garantir que haja oferta de água e luz nas residências.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG relatou inundações nas casas do povo Xokleng em outubro. Informou que o MPI e a FUNAI estiveram no local acompanhando a situação. Apontou que será enviado documento para a Secretaria da Presidência com vistas a obter recursos para a reconstrução de casas. Reforçou a fala de Marcos Sabarú sobre a importância de respeito aos povos indígenas para considerar a construção das casas, ainda que exista um modelo, para considerar suas necessidades. Especificamente quanto aos locais do Rio Grande do Sul, ressaltou a importância de atenção para garantir a proteção contra o frio. Agradeceu o trabalho da FUNAI e do MPI pelas homologações.

DINAMAN TUXÁ/APIB perguntou para o Ministério das Cidades se existe um edital específico para os povos indígenas. Caso não exista, perguntou sobre a possibilidade de construção de edital específico, com dotação orçamentária, com apoio da CT para elaborar a iniciativa.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS relatou o processo de migração dos antepassados indígenas para as cidades, que resultou na formação de profissionais indígenas nas cidades. Neste sentido, destacou a importância de atenção ao contexto das pessoas indígenas moradoras das cidades, e sua possibilidade de participação no Programa Minha Casa Minha Vida.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME parabenizou o trabalho desenvolvido pelos Ministérios. Colaborou com as falas dos Caciques sobre o compromisso de efetividade dos serviços de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos às lideranças, considerando que diversos territórios são criminalizados. Pontuou que sentiu falta do MDA na reunião para tratar da soberania e segurança alimentar, destacando a burocracia e a distribuição mínima de investimentos pelo Plano Safra, por

exemplo. Suscitou a possibilidade de se pensar um novo modelo para cadastramento de produtores rurais indígenas que permita o acesso aos recursos.

SONIA GUAJAJARA/MPI encerrou as inscrições e passou a palavra para os representantes dos Ministérios.

PAGU RODRIGUES/MINISTÉRIO DAS MULHERES mencionou os desafios do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em consequência das ações do crime organizado. Pontuou a necessidade de mapeamento local para identificar qual a secretaria responsável por acompanhar os defensores. Destacou a existência de violências específicas contra mulheres indígenas como estratégias de desmobilização das lideranças, o que deve ser considerado para a elaboração do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Indicou a perspectiva de edital para fomento de estratégias de autoproteção, que podem ser elaboradas em parceria com o MDHC. Mencionou a possibilidade de levar a perspectiva de gênero e dos territórios aos demais programas e ao GT Sales Pimenta. Relatou que a problemática da energia elétrica foi trazida na última conferência de mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul, em consequência da ausência de cobertura pelas concessionárias de energia elétrica. Destacou importância da ação conjunta do Governo Federal para resolução das problemáticas. Apontou, ainda, a expectativa de que os serviços da Casa da Mulher Indígena e os materiais, inclusive aqueles produzidos após a aprovação de resoluções na Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, sejam traduzidos para as línguas maternas.

VINICIUS LARA/MDHC agradeceu às observações e reconheceu que o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos está em momento de reestruturação, o que não envolve apenas a questão de recursos. Explicou que, em 2022, foi realizada união das coordenações do MDHC na transição de governo para estabelecer as estratégias específicas de cada programa de proteção. Destacou que a Coordenação do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos foi restituída no ano passado. Pontuou que orçamento é limitado, mas no momento está sendo fechado o planejamento orçamentário no Congresso com aumento de 1/3 dos recursos. Ressaltou que a defesa dos defensores de direitos humanos não deve ser feita só a partir da vigilância e da segurança, mas tem escopo integral que almeja impedir a criminalização das lideranças. Indicou a possibilidade de criação de uma comissão da CT de proteção territorial ou do Pleno para abordar os casos estaduais denunciados, possibilitando a incidência técnica do MDHC. Considerou ser importante também a organização de agenda para visitas no território pela gestão do programa de defensores de direitos humanos juntamente com o MPI.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou a problemática sistêmica da defesa dos defensores e lideranças, com gargalos sérios a serem superados, sendo importante o aprimoramento deste contexto e a proposição de iniciativas pelo CNPI.

RUI PIRES/MINISTÉRIO DAS CIDADES especificou que o Programa Minha Casa Minha Vida Rural tem priorizado o atendimento a comunidades tradicionais e, especialmente indígenas. Informou que 5.900 unidades ou 8% das unidades totais disponibilizadas foram destinadas a comunidades indígenas. Quanto ao custeio técnico das entidades, informou que o percentual dos recursos é destinado para assistência técnica e trabalho social com as famílias, de modo que já existe previsão percentual de recursos destinados para custeio de profissionais. Destacou também que já existe previsão de fornecimento de energia elétrica e água nas unidades habitacionais. Quanto à sugestão de

edital específico para os povos indígenas, indicou que iria levar a proposta para o Secretário para discussão interna no Ministério. Pontuou a importância de participação de representantes indígenas no Comitê do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, que se reúne a cada 2 meses. Solicitou que entidades de representação nacional com interesse em participar enviem ofício à Secretaria Nacional de Habitação para pleitear assento no Comitê. Quanto ao atendimento em área urbana, informou ser possível a submissão de proposta ao programa, desde que a entidade esteja habilitada. Explicou a possibilidade de cadastro no município para participar do programa na área urbana, conforme critérios estabelecidos na lei do novo Programa Minha Casa Minha Vida, caso não seja possível participar no programa específico para entidades. Por fim, evidenciou que o edital é publicado com portaria interministerial estabelecendo unidades disponíveis e prazo para cadastro de propostas. Em relação ao estatuto das associações, sugeriu que fosse inserido no estatuto a possibilidade de atuar na produção de unidades habitacionais, permitindo que a associação seja habilitada para participar do próximo edital.

DINAMAN TUXÁ/APIB informou que Ceixa Pitaguary (MPI) solicitou fala para breve informe a respeito do comitê do PNHR.

CEIÇA PITAGUARY/MPI ressaltou que existe grande demanda no MPI quanto à questão habitacional. Especificou que as organizações indígenas estão solicitando agenda com o Ministério das Cidades para discussão sobre o acesso ao programa habitacional pelos povos indígenas.

JECINALDO CABRAL/MPI/ASPAD informou que está representando o MPI no PNHR e que os temas trazidos já foram debatidos no programa. Explicou brevemente as etapas do edital (inscrições, habilitação das entidades e contratação). Relatou que houve muitas inscrições de entidades indígenas, mas a burocracia e a questão técnica dificultam a habilitação das entidades. Pontuou que as 5.000 pessoas indígenas beneficiadas com o edital de 2023 foram apoiadas principalmente por prefeituras e outras entidades, mas não por entidades indígenas especificamente. **Sugeriu deliberação do Conselho para mencionar a construção de uma política pública específica de habitação para povos indígenas, conforme sugestão do Conselheiro Francisco Piyãko e do Conselheiro Ubirajara.**

MARILDA LYRIO DE OLIVEIRA/CGY questionou se os povos indígenas deverão pagar pelo programa habitacional.

PATRÍCIA MELO /MDA informou que o MDA está presente desde ontem. Pontuou que, desde 2011, os povos indígenas são beneficiários diretos dos programas para agricultura familiar. Explicou que o Ministério está ciente dos entraves do CAF aos povos indígenas e quilombolas, e destacou que estão sendo discutidos ajustes para permitir o acesso às políticas. No caso do plano Safra, mencionou que foram disponibilizados recursos específicos para povos indígenas, totalizando mais de 50 milhões de reais. Demonstrou disponibilidade para sanar dúvidas sobre as políticas do MDA e para a discussão de estratégias. Considerando as complexidades do programa habitacional, recomendou que fosse criado um GT no Conselho para tratar das questões habitacionais como um todo, por exemplo, aspectos do estatuto para habilitação, oficinas de orientação e especificidades de cada povo.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI agradeceu às felicitações em nome da FUNAI. Destacou que estão sendo criadas redes intersetoriais para fortalecer a proteção e assistência social aos povos indígenas. Respondendo à pergunta sobre a necessidade de pagar pelo programa habitacional, confirmou que seria necessário o pagamento por se tratar de um programa específico, considerando as responsabilidades e obrigações para acessar a política pública. Em relação a outros programas, agradeceu ao MDA e o MDS pelos programas de parceria. Destacou que muitos projetos ainda são poucos acessados pelos povos, como o Programa Selo Indígena. **Sugeriu a realização de mapeamento dos assentos e espaços deliberativos para construção e fortalecimento da participação social dos povos indígenas.**

WEIBE TAPEBA/SESAI considerou a possibilidade de criação de agendas bilaterais interministeriais para avançar as agendas, para além da criação de GTs. Reforçou que está sendo trabalhada a instalação da saúde indígena no Rio Grande do Norte e no Piauí e que está sendo finalizado diagnóstico para levar a saúde indígena para as comunidades do Distrito Federal. Apontou a possibilidade de reuniões bilaterais entre o Ministério da Saúde e o MPI para tratar sobre a assistência social e o atendimento à saúde nos Estados e Municípios. Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e o PNHR, ponderou a necessidade de considerar as necessidades locais. Citou como exemplo a necessidade de cisterna demandada pelos Kaingang. Pontuou a possibilidade de uso da energia fotovoltaica, promovendo a segurança energética das comunidades. Demonstrou preocupação com a segurança e proteção das lideranças ameaçadas. Considerou a necessidade de adequação de políticas, ainda que bem-sucedidas, para as particularidades das comunidades. **Sugeriu o convite para participação da Caixa Econômica, BNDES e outros fundos em reuniões futuras do CNPI.**

LUCIA ALBERTA/FUNAI propôs à Presidência da Mesa que fossem pensadas estratégias para avanço do PNHR e da economia na pauta indígena, relatando o cumprimento de agendas com o Ministério responsável pelo Plano Safra. Destacou o comprometimento em serem destinados recursos para os povos indígenas.

SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou a necessidade e articulação interministerial e transversalidade das políticas indigenistas. Pontuou a necessidade de planejamento e implementação das políticas pelos órgãos responsáveis, em espaços como grupos de trabalho. **Apresentou como proposta de criação de grupos de trabalho, com pessoas e atribuições específicas, com vistas a detalhar mais a articulação.** Sugeriu o encaminhamento da proposta de funcionamento e a sistematização das reuniões bilaterais no período da tarde. Indicou que, no período vespertino, será apresentada a contextualização das políticas de demarcação e desintrusão. Considerou que não será possível discutir sobre a COP 30.

Propôs que o retorno do almoço seja exatamente às 14:00, com a apresentação de documentos da ENAI e das caravanas.

Acordo do Plenário quanto ao retorno às 14:00.

Aberta a parte da tarde da Reunião, JAIRÃ/REPRESENTANTE DO POVO TINGUI-BOTÓ apresentou Carta do 1º Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (ENAI), que aconteceu em Brasília com a participação de 52 povos indígenas do Brasil. Destacou a convicção de que a

agroecologia é a principal alternativa viável para enfrentar as emergências climáticas. Especificou as proposições trazidas na Carta e os encaminhamentos do Encontro, dentre os quais mencionou o convite para criação de grupo de trabalho com o MPI, a FUNAI e o movimento para tratar de editais de financiamento e recursos para os sistemas agrícolas tradicionais, pautados pela agroecologia. Agradeceu ao MPI e à FUNAI e ressaltou o compromisso da Deputada Célia Xakriabá.

CARMEN LÚCIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ apresentou os professores que compõem a equipe pela Universidade Federal do PIAUÍ e realizou a entrega dos produtos encomendados pelo MPI, sendo estes: i) o caderno iconográfico sobre as caravanas; e ii) o estudo analítico. Destacou que a Universidade está à disposição para defender a causa indígena.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA SOBRE A PAUTA DE DEMARCAÇÃO, DECRETO 1.775/96, DESINTRUSÃO, FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISCUSSÃO SOBRE DEMARCAÇÃO E DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS – MJSP

ANÁLISE POLÍTICA SOBRE DEMARCAÇÕES E O DECRETO 1.775/96 – APIB

DINAMAN TUXÁ/APIB convocou Ricardo/APIB e Janete/FUNAI para apresentar a pauta.

RICARDO TERENA/APIB iniciou sua apresentação destacando que as implicações da Lei 14.701/2023 para a efetividade do Decreto 1.775/96, considerando que a previsão do art. 5º relativa ao direito de contraditório e ampla defesa pelos Municípios, desde o início do processo administrativo, pode aumentar a morosidade dos processos de demarcação de terra. Explicou a incidência de recursos protelatórios que contribuem para a demora do processo. Destacou a possibilidade de participação de terceiros na elaboração dos laudos antropológicos, seja por filmagem, gravação ou presencialmente. Evidenciou que a alteração trazida pelo Lei 14.701/2023 no texto do Decreto 1.775/96 é política, especialmente ao se considerar que o Supremo Tribunal Federal já reafirmou a constitucionalidade do decreto em várias oportunidades.

JANETE/FUNAI apresentou balanço das ações de demarcação de 2024 e perspectivas para 2025. Especificou as etapas do Decreto 1.775/96, marco normativo do processo demarcatório. Destacou que, até 90 dias após a publicação do Relatório (RCID), existe a possibilidade de contestação da demarcação. Apresentou dados relativos aos processos em andamento e o balanço das atividades em 2024.

- Mais de 151 grupos técnicos instalados para identificação e delimitação das terras;
- Mais de 530 reivindicações, que serão avaliadas para posterior transformação em grupo técnico ou se compreendem outras modalidades de regularização fundiária;
- Publicação de 3 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCITs);
- 39 TIs delimitadas em fase de contestação, dentre as quais 12 estão em fase de contraditório.
- 101 procedimentos impactados por decisões judiciais;
- Em 2024 foram constituídos 16 novos GTs e reconstituídos 19 outros GTs;
- 27 procedimentos aptos para realização de estudos de natureza fundiária;

- 26 ações de qualificação das reivindicações;
- 11 portarias declaratórias;
- 3 novos processos encaminhados para portaria declaratória, além dos 28 já enviados anteriormente;
- Conclusão da contestação em 3 procedimentos.

Mencionou as solicitações no STF para divulgação dos dados sobre qualificação de reivindicações fundiárias e expressou preocupação da FUNAI ao divulgar estes, especialmente para garantir a proteção das comunidades. Apresentou os projetos e acordos de cooperação desenvolvidos pela FUNAI com diferentes instituições, como a Finatec, a Embaixada do Reino Unido e as Universidades Federais, incrementando a atuação em campo. Apresentou, ainda, ações e projetos estratégicos, destacando a participação das organizações regionais e dos governos estaduais.

Na sequência, explicou a atuação da Coordenação Geral de Geoprocessamento, responsável pela demarcação física. Destacou alguns processos de geoprocessamento que já foram finalizados. Finalizada a demarcação física, deve ser realizada a regularização fundiária. Mencionou que em 2024 estão sendo finalizados 8 relatórios de regularização fundiária e indicou a expectativa de 15 levantamentos fundiários para 2025. Relatou, ainda, a qualificação de diversas TIs para homologação em 2024, e destacou a expectativa de que sejam encaminhadas mais 15 TIs para homologação em 2025.

Apresentou também os dados relacionados ao levantamento e avaliação de benfeitorias, para verificar a necessidade de indenização, o que depende diretamente da disponibilidade de orçamento.

Evidenciou que glebas públicas podem ser destinadas para os povos indígenas, sendo que 66 remanescentes de glebas públicas foram destinadas pela FUNAI para garantir a posse de povos indígenas.

Destacou que os afrouxamentos legais ao longo dos últimos anos diminuíram a proteção das terras indígenas, dificultando a posse plena. Neste contexto, mencionou a importância de regulamentação do poder de polícia da FUNAI, previsto desde 1967 e ainda não implementado.

Apresentou também as ações da Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial, como ações de proteção, vigilância, prevenção ao fogo, e desintrusão. Pontuou o aumento das brigadas indígenas para apoio à proteção.

Destacou as principais entregas voltadas aos servidores da FUNAI.

Quanto à regulamentação do poder de política, reforçou que se trata de meta do PPA para 2024 – 2027, também determinada pela ADPF 709, constituindo uma necessidade institucional.

Apresentou dados sobre os povos indígenas isolados, as comunidades acompanhadas e as terras indígenas no Brasil. Destacou a porcentagem de terra indígena no Brasil e em cada estado. Demonstrou dados sobre os processos judicializados de terras delimitadas e terras declaradas, incluindo dados relativos a suspensões judiciais. Apontou que a judicialização traz instabilidade para

os processos de declaração. Especificou que 13,9% do território brasileiro é terra indígena e que 8% das terras indígenas não estão em posse plena.

Pontuou que terras indígenas são reconhecidas como as áreas mais eficientes de combate ao desmatamento, sendo registrada a perda de 1% de área nativa em terras indígenas nos últimos 30 anos, enquanto as demais áreas sofreram uma perda de 20% de sua cobertura vegetal.

DEBATES E ENCAMINHAMENTOS SOBRE O TEMA DAS DEMARCAÇÕES E DESINTRUSÃO

INATHAN/MPI informou a abertura da lista de inscrições para fala.

DORINHA PANKARÁ/APOINME perguntou se haveria interferência no processo de demarcação caso ocorresse algum conflito em uma terra já submetida a estudo antropológico, e determinados membros da comunidade deixassem o território, posteriormente solicitando sua ampliação.

CACIQUE SANDRO POTIGUARA/APOINME reforçou a importância de tomar decisões sobre a proteção dos defensores, considerando a situação das lideranças que tiveram de sair do território pelo risco de ameaças.

FRANCISCO PIYÁKO/ACRE sugeriu que as apresentações sejam discutidas nas CTs e posteriormente levadas às comunidades e aos Estados. Destacou ser necessário pensar o campo da estratégia, identificando quais os avanços. Sugeriu a realização de uma reunião com a Secretaria do CNPI para organizar o tempo, aprofundar as discussões e identificar as medidas a serem adotadas.

TAYSE POTIGUARA/APOINME informou que encaminhou ofício para a criação de GTs na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Solicitou que fossem indicados também profissionais do Instituto Federal. Questionou, por fim, que ainda falta para dar continuidade ao processo de demarcação da comunidade Sagi.

JUREMA/**REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA** perguntou se as 153 contestações já estão sendo respondidas e se poderiam ser unificadas.

CACIQUE EDNALDO TABAJARA/APOINME parabenizou Janete pela apresentação e pela direção carinhosa na FUNAI. Informou que a partir dos materiais apresentados, serão feitas formações com jovens sobre as ações promovidas.

ALUÍSIO AZANHA/CTI solicitou a apresentação de dados sobre o processo de reassentamento de ocupantes não indígenas e a explicação de como está sendo feito este trabalho na etapa final de regularização fundiária para garantia da posse plena dos povos indígenas. Registrou a ausência do INCRA e destacou ser fundamental a participação deste órgão nas discussões. Mencionou também a importância do MPI mobilizar a participação dos demais ministérios.

CLEBER BUZATTO/CIMI perguntou em que instância estão os procedimentos encaminhados para homologação. Apresentou questão de ordem para questionar a apresentação das resoluções da APIB, preocupado com o prosseguimento dos trabalhos e a disponibilidade de quórum.

SONIA GUAJAJARA/MPI explicou que está sendo gerido o tempo para cumprimento da programação, com os informes das COPs, encaminhamentos das CTs e aprovação das Resoluções.

TAYSE POTIGUARA/APOINME relatou situação de etnia no Rio Grande do Norte, moradora do Município de Apodi, a qual foi expulsa do Município e foi distribuída na área rural. Há 6 anos, a comunidade organizou retomada em área pertencente ao DNOCS. Informou que já solicitou reunião, por meio da APOINME, entre a CTL e o DNOCS para negociar a ocupação da área, considerando que a área não é usada pelo órgão há mais de 30 anos. Mencionou que a CTL enviou ofício, mas não obteve retorno do DNOCS. Questionou se poderia haver uma tratativa de Brasília para dar andamento ao caso.

JANETE/FUNAI respondeu que é cada vez mais necessário o diálogo interno das comunidades em caso de divergências na reivindicação ou pedido de ampliação do território a ser demarcado. A rigor, explicou que qualquer conflito interno não paralisa a regularização fundiária. Entretanto, se o grupo divergente reivindica um espaço diferente ou ampliado da área delimitada inicialmente, poderá haver empecilhos. Isto porque a Lei 14.701/2023 veda a ampliação de terras indígenas, e após a lei não foram delimitados novos territórios, porque toda proposta é condicionada ao consenso das comunidades.

Mencionou a aldeia Taepe, caso de reivindicação da área delimitada para o povo Potiguara. Explicou que a reivindicação está em análise para estabelecer a estratégia adotada, verificado se seria solicitação de reestudo ou se poderia ser adotada outra medida para solução da reivindicação.

Sobre o acordo com a UFRN, indicou que FUNAI irá verificar se o IF foi acionado e se foi encaminhada resposta. Destaca que estão sendo buscadas estas parcerias.

Sobre a terra Sagi-Trabanda, explicou que não foi possível delimitar área. Indicou que algumas áreas estão sendo analisadas, mas ainda sem confirmação devido à análise da Lei 14.701/2023. Reforça que a FUNAI está trabalhando em sua capacidade máxima no âmbito administrativo.

Indicou que as contestações são muito semelhantes, questionando desde a idoneidade da antropóloga até a identidade indígena do requerente. Informou que está sendo formada força tarefa para responder às solicitações até 31.12.2024. Expectativa de responder as contestações das Terras Indígenas Kapôt Nhinore e Krenak Sete Salões no próximo ano.

Solicitou mais informações quanto às reivindicações direcionadas ao DNOCS.

SONIA GUAJAJARA/MPI agradeceu os informes e o detalhamento da FUNAI. Destacou a importância da ajuda pelos Conselheiros e pelo movimento indígena para divulgar as informações e prestar esclarecimentos.

Informou que, após o intervalo, Francisco (MPI) iria apresentar informes sobre a COP 30.

Encerrou mesa para intervalo.

DISCUSSÃO SOBRE PAUTA CLIMÁTICA E AS COPS – MPI

SONIA GUAJAJARA/MPI convocou Francisco (AssInt/MPI) para apresentar a pauta e os informes.

FRANCISCO FILIPPO/MPI iniciou sua apresentação recapitulando a importância do lançamento do curso “Kuntari Katu”, voltado para a formação de lideranças indígenas em diplomacia brasileira, em preparação para a COP 30. Informou que já foi concluída a primeira etapa de formação e o segundo módulo está previsto para a próxima semana.

Anunciou a iniciativa do Itamaraty em oferecer duas bolsas de estudo para candidatos indígenas, dentre outras atividades, como a proposta de cotas para indígenas.

Informou que foi publicada a portaria e que no dia seguinte seria publicado edital para curso de inglês em preparação para a COP 30, oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos para 100 pessoas, sendo que 50 participantes serão selecionados por meio do edital. Solicitou que o edital fosse divulgado e que as inscrições ocorrerão ao longo da próxima semana.

Desde a última reunião do CNPI, mencionou a realização da COP16 da Biodiversidade em Cali e a COP29 no Azerbaijão, que são etapas de preparação para a COP30 de Belém. Destacou como resultados da COP16 da Biodiversidade: i) a consolidação de órgão subsidiário para garantir que as contribuições indígenas sejam consideradas com maior prioridade; e ii) a instituição do Fundo Cali para repartição de benefícios relativos ao uso de conhecimentos tradicionais indígenas. Especificou que o debate sobre o financiamento recebeu críticas da sociedade civil e dos países do Sul global.

Indicou que seria realizada reunião interna com as organizações indígenas para atuar na COP, a serem divididas em 3 grandes frentes. Em primeiro lugar, destacou o eixo de participação, buscando garantir a participação e presença qualificada do movimento, em diálogo com a UNFCCC e os órgãos de governo. Em segundo lugar, mencionou a criação da comissão internacional, instância da presidência brasileira da COP, para dialogar com o movimento indígena e a comunidade internacional. Em terceiro lugar, apontou o objetivo que a COP deixe legados para a construção, articulação e fortalecimento de políticas indigenistas.

SONIA GUAJAJARA/MPI agradeceu os informes sobre a construção da COP30. Pontuou que seria necessário esforço coletivo para garantir a participação qualificada. Mencionou que foi registrada a maior delegação indígena na COP do ano passado, com cerca de 100 participantes. Considerou que será necessário também processo de formação prévio sobre o funcionamento da COP, destacando a expectativa de participação de cerca de 7.000 indígenas no evento.

Explicou como funciona o processo de construção e negociação na COP, por se tratar de Conferência das Nações Unidas, especificando como pode ser feita a representação e participação das comunidades. Indicou que o credenciamento é realizado por meio das organizações integrantes do

ECOSOC. Estão sendo realizadas tratativas para aumentar a participação indígena através das organizações credenciadas. Mencionou a organização da Cúpula dos Povos que reúne as organizações da sociedade civil.

Apresentou ideias que estão sendo discutidas para planejar a participação e articulação do movimento, organizado por cada estado. Em relação à estrutura, informou que estão sendo realizadas tratativas com o Governo do Estado do Pará para construção do espaço “Aldeia-COP”, onde ficarão alojados os participantes. Outra proposta é a construção do Pavilhão Indígena dentro do Espaço COP. Destacou que o MPI está pleiteando que o Pavilhão não seja padrão, mas seja customizado e tenha estrutura diferenciada. Mencionou a correlação de grupos e comissões no MPI e na Presidência para organização das atividades.

Apontou, ainda, a possibilidade de apresentação da NDC indígena, a qual deve ser elaborada previamente para ser votada e aprovada antes da Conferência e posteriormente incluída nos documentos finais do evento.

Abriu a lista de inscrições para perguntas e contribuições.

NATANAEL/MRE destacou a política de diversidade e inclusão que vem sendo desenvolvida pelo Itamaraty e pela primeira vez incluiu cotas em definitivo para povos indígenas. Ponderou que esta iniciativa é sem precedentes na história da diplomacia brasileira. Em relação à COP, relatou que as negociações multilaterais em direitos humanos são lentas, de modo que as conquistas sempre parecem reduzidas. Explicou ser necessário compreender o conflito de forças por trás das negociações, especialmente no diagnóstico do clima.

MARCOS SABARÚ/APOINME relatou a notável diferença de reconhecimento da participação dos povos indígenas ao longo das últimas COPs. Indicou que, na COP de Dubai, a Ministra já foi incluída como chefe de delegação, incorporando a participação das organizações indígenas. Ressaltou também os avanços no texto afinal aprovado na COP de Cali. Demonstrou preocupação com o número de participantes, porque existe possibilidade de ter um público muito maior. Sugeriu que o modelo de acampamento seja o ideal para recepção dos participantes indígenas. Por fim, destacou a influência da mobilização externa dos participantes, ainda que estes não estejam credenciados.

FRANCISCO PIYÃKO/ACRE sugeriu que fosse criado formato de comunicação para garantir o alinhamento com o movimento ao longo da COP, fomentando a apresentação de sugestões por meio do Conselho no processo de elaboração da participação no evento.

PAULINO MONTEJO SILVESTRE/REGIÃO AMAZÔNICA sugeriu que os Ministérios cada vez mais se aproximem do MPI para permitir que a sociedade civil participe ativamente da conferência. Destacou a importância de qualificar a incidência do movimento, sem impedir ou limitar a participação do movimento. **Sugeriu a criação de GT interministerial** para fortalecer a incidência e participação da sociedade civil.

SONIA GUAJAJARA/MPI **apoiou a proposta de criação do GT interministerial**. Esclareceu que a mobilização da COP deve considerar a produção antecipada dos textos que serão aprovados na

conferência, o que deve ser inserido na pauta e alinhado com antecedência. Apontou também que o Governo do Pará irá providenciar apoio para alojamento de 1.000 indígenas, o que não impede a articulação com o governo estadual para a criação de outros espaços de alojamento.

PATRÍCIA MELO/MDA destacou esforço da participação indígena na COP e informou que o MDA está preparando proposta de organização de feira de produtos indígenas tradicionais. Indicou que em 2025 será aberto edital para a participação de expositores e convocação dos parceiros para realização do evento (MPI, FUNAI, ICMBIO e MMA – em tratativa).

ELIANE BAKAIRI/FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE MATO GROSSO perguntou se já tem expectativa de quantidade de vagas por Estado para ingresso na COP30. Isto para que seja possível captar recursos e organizar a participações dos representantes.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI sugeriu a inclusão de orçamento no planejamento das organizações indígenas para apoiar a participação e preparação dos representantes indígenas para a COP30. Apontou também a importância de discussões regionais prévias para conhecimento sobre o funcionamento e temas da COP. Destacou que alguns temas ainda não discutidos poderiam ser objetos de posicionamentos pelo CNPI, como o mercado de carbono, o direito de consulta prévia e informada, o financiamento climático. Informou que a FUNAI está planejando a reforma da CTL para permitir a utilização do espaço. mencionou o convite realizado aos povos indígenas internacionais para a COP, que se unirão ao movimento indígena nacional. Pontuou a produção de materiais específicos sobre a demarcação de terras indígenas, enfatizando a importância das terras indígenas como estratégia de enfrentamento à crise climática.

KLEBER KARIPUNA/APIB reforçou a participação social indígena do Brasil na COP30, que está em processo crescente de qualificação. Considerou que a participação tem sido qualificada ao ponto de avanços e novos textos expressamente citando povos indígenas e comunidades tradicionais. Reforçou que as políticas de demarcação, desintrusão e PNGATI poderiam ser apresentadas como metas de enfrentamento à mudança climática. Indicou a apresentação de proposta de resolução pelo movimento indígena ao CNPI para recomendar ao Governo brasileiro a inclusão da demarcação e da PNGATI como política de enfrentamento à crise climática (demarcação, recuperação e desintrusão das terras). Apoiou a proposta de organização em acampamento para participação no evento. Informou que a APIB iniciou processo de registro das organizações no âmbito do UNFCCC para garantir a participação com credenciais na COP30.

CASSUPÁ/COIAB solicitou que fosse priorizada a resolução da APIB.

FRANCISCO FILIPPO/MPI informou que em 2025 será iniciado processo de mobilização para discutir a participação do movimento. Destacou que no dia seguinte seria divulgado o edital para participação no curso de inglês na página do MPI. Solicitou apoio na divulgação do edital. Apontou que serão selecionadas 120 pessoas e, posteriormente, selecionar 50 pessoas em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos.

DINAMAN TUXÁ/APIB anunciou a leitura dos encaminhamentos e o momento de aprovação das Resoluções elaboradas na reunião. Solicitou que os Conselheiros tomassem seus assentos para contagem de quórum.

Verificado o quórum mínimo para votação.

INATHAN iniciou a leitura da primeira resolução a ser votada.

Leitura da Resolução CNPI nº 1, de 05 de dezembro de 2024. Reitera a constitucionalidade do Decreto 1.775/1996 no âmbito do julgamento das ações constitucionais sobre a Lei nº 14.701/2023, e dá outras providências.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sugeriu que fosse mencionado expressamente se tratar de Resolução do Pleno do CNPI, ao invés de ato da Presidência do Conselho.

CLEBER BUZATTO/CIMI sugeriu duas alterações no conteúdo da proposta: i) alterar o cabeçalho – “Reitera Recomendação ao Supremo Tribunal Federal para que declare a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023 e reafirme a constitucionalidade do Decreto nº 1.775/1996; e ii) no art. 4º, incluir – “Reiterar Recomendação ao Supremo Tribunal Federal para que declare imediata e definitivamente a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, nos termos da ADI 7582, proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e suspensão do funcionamento da Comissão Especial de Conciliação conduzida pelo Gabinete do Ministro Gilmar Mendes”.

ELOY TERENA/MPI cumprimentou os representantes de governo e as lideranças indígenas presentes. Esclareceu que foram recebidas no começo da semana as minutas encaminhadas pela APIB e foi feito exercício de não alterar o mérito das Resoluções, mas melhorar alguns termos e realizar ajustes de forma. Considerando que é o representante do MPI na Comissão Especial do STF, destacou a importância de todos os Conselheiros estarem cientes das discussões e alinhados, visto que os posicionamentos expressos são coletivos. Propôs a realização de debate sobre a Comissão para a publicação de Resolução alinhada com posicionamentos.

CACIQUE EDNALDO TABAJARA/APOINME reafirmou que não há divisão no movimento indígena e destacou a impossibilidade de aceitar qualquer tipo de negociação que não cesse o conflito nas terras indígenas.

ELOY TERENA/MPI reforçou a importância de discussão no âmbito do Pleno sobre os posicionamentos e estratégias adotadas.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME fez sugestão de encaminhamento, firmando sua posição de apoio à Resolução.

KLEBER KARIPUNA/APIB apontou a necessidade de avaliar qual resultado, do ponto de vista jurídico, do conteúdo da Resolução. Questionou, ainda, o poder do Conselho, que ainda não foi transformado em Conselho Deliberativo, em recomendar ao STF o encerramento da Comissão Especial. Destacou a necessidade de debate futuro para considerar o impacto nas estratégias para defesa de direitos pelo movimento.

SONIA GUAJAJARA/MPI ponderou que não há dúvida no Pleno sobre a contrariedade ao marco temporal e a importância da continuidade e constitucionalidade do Decreto 1.775/1996. Ressaltou a

força política do Conselho para emitir a Recomendação, embora não haja segurança sobre o cumprimento da Recomendação pelo STF. Ponderou a importância de elaborar Resoluções que tenham efeito e encaminhamento prático. Sugeriu que o Eloy fizesse um informe breve para contextualizar o momento da Comissão e, em seguida, fosse iniciada a votação.

Proposta aprovada pela Plenária.

ELOY TERENA/MPI informou que são realizadas reuniões semanais da Comissão. Explicou que se trata de novo mecanismo do Supremo Tribunal Federal para tratar de temas estruturantes. A Comissão foi instituída porque o marco temporal foi vencido no caso Xokleng e, na sequência, o Congresso aprovou projeto de lei do marco temporal. O Presidente Lula vetou o projeto de lei, e o Congresso derrubou o veto. Neste contexto, a lei foi promulgada e está vigente. Contudo, o STF deveria reafirmar a jurisprudência firmada no caso Xokleng.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG reforçou apoio à Resolução.

SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu à Secretaria Executiva do CNPI que, nas próximas reuniões, seja definido tempo para apresentação da proposta de resolução e tempo para debate do Pleno, garantindo tempo para discussão prévia sobre as propostas.

Incluiu as sugestões feitas por Ceiza Pitaguary (MPI) e Cleber Buzatto (CIMI).

Resolução para reiterar recomendação ao Supremo Tribunal Federal **aprovada** pelo Plenário.

SONIA GUAJAJARA/MPI indicou que a sugestão para que seja mencionado no início das Resoluções se tratar de decisão do Pleno deve valer para todas as propostas seguintes.

INATHAN/MPI segue com a leitura da Resolução CNPI nº 2, de 05 de dezembro de 2024. Recomenda à União a realização de diagnóstico abrangente sobre o abastecimento de água nos territórios Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que o Ministério Público Federal conduza a apuração e responsabilização dos responsáveis pelos ataques à comunidade Guarani-Kaiowá e que o Supremo Tribunal Federal exija a implementação de um plano de reestruturação da Política de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

ELOY TERENA/MPI apresentou informações sobre o acompanhamento das situações de violência no Mato Grosso do Sul. Informou que equipe do MPI esteve em Dourados para elaborar projeto de postos emergenciais. Indicou que já foi contratada empresa para construção de dois postos, de modo que o projeto já está estruturado e os recursos já foram garantidos. Mencionou que o MPF já instaurou inquérito, que contará com reuniões semanais para prestação de contas. Estão sendo alocados recursos para as comunidades do Cone Sul do Mato Grosso do Sul.

SONIA GUAJAJARA/MPI destacou que está sendo articulada a destinação de emendas parlamentares. Informou que obteve confirmação de emenda da bancada parlamentar do Mato Grosso do Sul para as áreas de retomada do Guarani-Kaiowá.

Resolução nº 2 **aprovada** pelo Plenário.

INATHAN/MPI informou que houve dispersão dos Conselheiros e, portanto, não haveria mais quórum para votação das 3 Resoluções faltantes.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sugeriu votar o mérito e posteriormente ajustar a Resolução.

INATHAN/MPI segue com a **leitura da Resolução CNPI nº 3, de 03 de dezembro de 2024. Recomenda à União a adoção de medidas normativas e administrativas para instituir uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), e dá outras providências.**

SONIA GUAJAJARA/MPI confirmou que não havia quórum para votação e afirmou que a votação seria realizada na próxima reunião.

DORINHA PANKARÁ/APOINME expressou decepção com os Conselheiros que deixaram a reunião, o que resultou na diminuição do quórum.

SONIA GUAJAJARA/MPI informou que foi orientada a compra de passagens para o dia seguinte, de modo a garantir a conclusão das discussões e encaminhamentos.

KARLA TORRES RIBEIRO/GOVERNO pontuou o esvaziamento da bancada de governo.

SONIA GUAJAJARA/MPI destacou necessidade de ajuste aos horários.

CASSIMIRO TAPEBA/APOINME sugeriu a realização de reunião extraordinária do CNPI, em data mais breve possível, para aprovação das Resoluções pendentes. Caso seja permitido pelo regimento, sugeriu que a reunião fosse realizada online.

CEIÇA PITAGUARY/MPI reforçou a sugestão de reunião online extraordinária para votação das Resoluções.

DORINHA PANKARÁ/APOINME **sugeriu como encaminhamento que, nas próximas reuniões, a pauta de votação das Resoluções seja incluída para o início do cronograma.**

SONIA GUAJAJARA/MPI confirmou o pleito de reunião extraordinária online. Solicitou a Dinaman que apresentasse proposta de data.

Apresentada proposta de reunião extraordinária online no **dia 12/12 (quinta-feira) às 10h da manhã.**

Proposta aprovada pelo Plenário.

SONIA GUAJAJARA/MPI informou que Dinaman presidirá a reunião. Destacou que a convocatória será feita no grupo.

Data da próxima reunião: **12 de dezembro de 2024, online, 10h.**

Encerrada a 3ª Reunião do CNPI.

ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

Secretaria Executiva do CNPI:

- Encaminhar a convocatória da reunião extraordinária do CNPI, a ser realizada em 12 de dezembro de 2024, às 10h, na modalidade virtual.
- Para as próximas reuniões, delimitar no cronograma o período de tempo para apresentação das propostas de Resolução e discussão pelo Pleno.

Câmaras Temáticas:

- Pactuação de questões sobre funcionamento das CTs.
- As reuniões das CTs que antecedem a Plenária devem ocorrer preferencialmente de modo virtual. Caso seja necessária a realização de reunião extraordinária presencial da CT, o Coordenador deve enviar solicitação por escrito para a Secretaria Executiva do CNPI, com 30 dias de antecedência, com justificativa, explicação sobre a necessidade e proposta de data para a reunião.
- Acordado que não há impedimento regimental para que pessoas não empossadas participem das CTs. Mencionou que o Governo pode convidar especialistas e técnicos para compor as reuniões.
- CTs podem se organizar para trabalhar por grupos ou subgrupos de trabalho.
- Alterada a configuração das CTs III e VI:
 - **Nova configuração:** CT III – Segurança Social, saúde indígena, assistência e previdência social; e CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos [supressão da menção aos direitos sociais].
- Reafirmada a mudança de nomenclatura da CT I – Direitos territoriais, **demarcação**, proteção e gestão territorial e ambiental [inserção do termo demarcação].
- Sugestão de que a CT III realize discussão sobre a saúde indígena e o SUS.
- Sugestão que a CT II realize Seminário sobre Autodeterminação e reconhecimento étnico.
- Encaminhamento nº 3 | Convite para o FNEEI participar da CT IV como membro permanente. Conforme previsto pela CT IV, o FNEEI será contatado pela própria Câmara para participar como convidado permanente da CT.

Encaminhamento nº 2 | Realização de Seminário Nacional sobre Autodeterminação e Reconhecimento étnico

- MPI irá se reunir com FUNAI para planejar e realizar evento em 2025.

Encaminhamento nº 3 | Convite para o FNEEI participar da CT IV como membro permanente

- Conforme previsto pela CT IV, o FNEEI será contatado pela própria Câmara para participar como convidado permanente.

Encaminhamento nº 4 | Reuniões bilaterais com Ministérios ou outros órgãos governamentais

- Conforme proposto, as Câmaras Temáticas poderão realizar reuniões bilaterais com Ministérios ou outros órgãos. As propostas deverão ser apresentadas à Plenária para deliberação.

Encaminhamento nº 5 | Transmissão das apresentações do Governo

- As apresentações trazidas pelos representantes dos Conselheiros Governamentais serão transmitidas à bancada indígena via grupo de WhatsApp conforme solicitado.

Encaminhamento nº 6 | Reforço da participação assídua de órgãos do controle governamental

- Proposta de reforço da participação assídua no CNPI de órgãos fundamentais no controle governamental, como o INCRA.

INFORMES

ELOY TERENA/MPI destacou que está aberto o prazo para destinação de emendas parlamentares. Informou que será compartilhada no grupo do CNPI a cartilha de emendas do MPI, com orientações sobre as ações orçamentárias previstas e a modalidade de execução.

SONIA GUAJAJARA/MPI informou que metade das emendas parlamentares é destinada para o Ministério da Saúde obrigatoriamente. Orientou que poderia ser solicitada a destinação de emendas para a saúde indígena neste escopo, complementando as ações da SESAI.

Foto oficial com ministros/as, autoridades presentes e conselheiros/as do CNPI.

Ritual de encerramento conduzido por Giba Tuxá.

Agradecimento e encerramento.

Resoluções [Publicar no DOU segundo art. 17 do Regimento e no site do MPI]:

- Resolução CNPI nº 1, de 05 de dezembro de 2024. Reitera a constitucionalidade do Decreto 1.775/1996 no âmbito do julgamento das ações constitucionais sobre a Lei nº 14.701/2023, e dá outras providências.
- Resolução CNPI nº 2, de 05 de dezembro de 2024. Recomenda à União a realização de diagnóstico abrangente sobre o abastecimento de água nos territórios Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que o Ministério Público Federal conduza a apuração e responsabilização dos responsáveis pelos ataques à comunidade Guarani-Kaiowá e que o Supremo Tribunal Federal exija a implementação de um plano de reestruturação da Política de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Aprovação das Resoluções pendentes, propostas pela APIB à Plenária do CNPI.

SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS CONSELHEIROS AO LONGO DA REUNIÃO E NÃO ENCAMINHADAS

- Realizar seminário nacional sobre a Universidade Indígena até abril de 2025 para consolidar proposta.
- Debater a temática sobre álcool e drogas em comunidades indígenas.
- Elaborar Resolução sobre política de esportes para povos indígenas.
- Deliberar proposta de construção de política pública de habitação específica para os povos indígenas.
- Mapear os assentos em espaços deliberativos para construção e fortalecimento da participação social dos povos indígenas.
- Convidar a Caixa Econômica, o BNDES e outros fundos para participação em reuniões futuras do CNPI.
- Criação de GT interministerial para fortalecer a incidência e participação da sociedade civil na COP30.
- Incluir previsão de orçamento no planejamento das organizações indígenas para apoiar a participação e preparação dos representantes indígenas para a COP30.
- Incluir o ponto de pauta votação das Resoluções propostas no início do cronograma.